

**Universidade Federal Fluminense
Instituto de Ciências Humanas e Sociais
Curso de Graduação Psicologia**

SAMANTHA MACHADO DA SILVA

**ADOLESCENTES EM CONFLITO COM A LEI:
UMA ABORDAGEM PSICODINÂMICA**

Volta Redonda

2016

**Universidade Federal Fluminense
Instituto de Ciências Humanas e Sociais
Curso de Graduação Psicologia**

SAMANTHA MACHADO DA SILVA

ADOLESCENTES EM CONFLITO COM A LEI:

Uma abordagem Psicodinâmica

Monografia apresentada ao Curso de Psicologia da Universidade Federal Fluminense, como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Psicologia.

Orientador: **Prof. Dr. Antônio Augusto Pinto Jr.**

Volta Redonda
2016

Ficha Catalográfica elaborada pela Biblioteca do Aterrado de Volta Redonda da UFF

S586 Silva, Samantha Machado da
 Adolescentes em conflito com a lei: uma abordagem psicodinâmica /
Samantha Machado da Silva. – 2016.
 79 f.

 Orientadora: Antônio Augusto Pinto Júnior
 Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Psicologia). --
Departamento de Psicologia, Instituto de Ciências Humanas e Sociais,
Universidade Federal Fluminense, Volta Redonda, 2016.

 1. Adolescência. 2. Violência. 3. Psicologia Clínica. 4. Psicanálise. I.
Universidade Federal Fluminense. II. Pinto Júnior, Antônio Augusto, orientador.
III. Título

CDD 618.9289

**Universidade Federal Fluminense
Instituto de Ciências Humanas e Sociais
Curso de Graduação Psicologia**

**ADOLESCENTES EM CONFLITO COM A LEI:
UMA ABORDAGEM PSICODINÂMICA**

BANCA EXAMINADORA

.....
Prof. Dr. Antônio Augusto Pinto Jr
Universidade Federal Fluminense

.....
Prof.^a Dr.^a Claudia Henschel de Lima
Universidade Federal Fluminense

.....
Prof.^a Dr.^a Priscila Alves
Universidade Federal Fluminense

Volta Redonda

2016

Dedico este trabalho a todos que me apoiaram em especial aos meus avós, por sempre estarem ao meu lado, por acreditarem em mim e no valor da educação e me darem incentivos para que possa estar concluindo mais um sonho.

AGRADECIMENTOS

A Deus, por ter me dado sempre forças para superar as dificuldades.

Ao meu orientador, pelos ensinamentos, paciência, e pela parceria desde o início da minha graduação.

A Priscila, a Luê e ao professor Ricardo Pena pela ajuda para a conclusão deste trabalho.

Aos professores e aos meus colegas de graduação que me ajudaram na conclusão deste trabalho, e por dividirem aprendizados durante todo esse percurso.

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo descrever os fatores emocionais associados aos atos infracionais cometidos por adolescentes, à luz da teoria de orientação psicanalítica winnicottiana. Para tanto, foram realizadas uma pesquisa bibliográfica na área e um estudo de caso de um adolescente cumprindo medida socioeducativa por comportamentos agressivos no ambiente escolar. Os dados foram analisados por meio da livre inspeção do material, fundamentado na perspectiva psicanalítica. Os resultados mostraram que a vivência de privação relacionada, principalmente, à figura do pai, prejudica a construção dos laços sociais do adolescente, que por sua vez, atua no ambiente buscando, por meio da agressividade, a estabilidade perdida e a interdição não operada pela função paterna. Além disso, foi possível apontar as direções terapêuticas, assistenciais e reeducativas que possibilitem a reelaboração de suas relações com o ambiente e que abram novas perspectivas de vida e de futuro.

Palavras chave: Adolescência, Violência, Psicologia Clínica, Psicanálise.

ABSTRACT

The work was done in order to describe the emotional factors that may be associated to teenagers infrational acts, in light of winnicotian psychoanalysis theory. For this purpose, a bibliographic research in the area and a study of a teenager fulfilling social educative measure for aggressive behavior in the school environment were performed. For further data analysis the concept of free inception founded by psychoanalysis was used. The results showed that deprivation experience related, mainly due to father figure, affected harmfully the social ties construction by the teenager. Therefore this teenager acts on the environment in the search of the lost stability and interdiction, once it was not performed by the paternal function, using aggressiveness. Moreover, it was possible to identify and lead to therapeutics, re-education and assistance directions that may allow the reworking of his environment relations and open new life and future perspectives.

Keywords: Adolescence, Violence, Clinical Psychology, Psychoanalysis.

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1: Unidade 1 do Procedimento de Desenhos-Estórias do adolescente em estudo.....	59.
Figura 2: Unidade 2 do Procedimento de Desenhos-Estórias do adolescente em estudo.....	60.
Figura 3: Unidade 3 do Procedimento de Desenhos-Estórias do adolescente em estudo.....	61.
Figura 4: Unidade 4 do Procedimento de Desenhos-Estórias do adolescente em estudo.....	62.
Figura 5: Unidade 5 do Procedimento de Desenhos-Estórias do adolescente em estudo.....	63.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CAPSI	Centro de Atenção Psicossocial Infantil
CNPQ	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
D-E	Desenhos-Estórias
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
ICHS-VR	Instituto de Ciências Humanas e Sociais de Volta Redonda
LEPIA	Laboratório de estudos e pesquisa da Universidade Federal Fluminense
SDH	Secretaria de Direitos Humanos
TALCE	Termo de Assentimento Livre e Esclarecido Consentimento
UFF	Universidade Federal Fluminense

Sumário

1. INTRODUÇÃO	12
2. Adolescência, violência e as medidas socioeducativas	14
2.1. Adolescência como uma fase de desenvolvimento	14
2.1.1. Busca de si mesmo e da identidade	16
2.1.2. Tendência grupal	17
2.1.3. Necessidade de intelectualizar e fantasiar	17
2.1.4. Crises religiosas	18
2.1.5. Deslocalização Temporal	18
2.1.6. A evolução sexual desde o autoerotismo até a sexualidade genital adulta	18
2.1.7. Atividade reivindicatória	19
2.1.8. Contradição nas manifestações de conduta	20
2.1.9. Separação progressiva dos pais	20
2.1.10. Constantes flutuações de humor	20
2.2. Adolescência e violência	21
2.3. As Espécies de Medida Socioeducativa	24
2.4. Aspectos sociais e psicodinâmicos associados ao ato infracional	27
3. O DESENVOLVIMENTO EMOCIONAL EM WINNICOTT	32
3.1. O papel do ambiente	32
3.1.1. A integração	33
3.1.2. A personalização	36
3.1.3. Realização	37
3.2. As etapas do desenvolvimento emocional	38
3.2.1. A Fase de Dependência Absoluta	38
3.2.2. A Fase de Dependência Relativa	39
3.2.3. A Fase Rumo à Independência	42
3.3. Quadros patológicos nos estágios iniciais do desenvolvimento emocional	43
4. JUSTIFICATIVAS E OBJETIVOS	51
5. MÉTODOS	52
5.1. Participante	52
5.2. Instrumentos	53
5.3. Procedimentos	55
5.4. Análise dos Dados	56
6. APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS	57
6.1. Histórico do ato	57
6.2. História de vida	57
6.3. PRIMEIRA ENTREVISTA COM O ADOLESCENTE	58
6.4. APLICAÇÃO DO PROCEDIMENTO DE DESENHOS-ESTÓRIAS	59
6.5. DISCUSSÃO	63
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS	71
8. Referência bibliográfica	73
9. ANEXOS	78

1. INTRODUÇÃO

Percebe-se, atualmente, um interesse cada vez maior sobre a problemática da violência e suas implicações nos contextos sociais e na saúde mental. A associação entre adolescência e violência pode ser considerada como um capítulo mais específico deste amplo problema, pois os jovens têm sido vitimados pela violência, assim como figuram também como autores de atos violentos. Tem-se verificado o aumento dos jovens em situação de violência e atos infracionais.

O interesse pela temática do adolescente infrator surgiu a partir da minha participação no Laboratório de Estudos e Pesquisa sobre a Infância e Adolescência (LEPIA), do Departamento de Psicologia do Instituto de Ciências Humanas e Sociais de Volta Redonda (ICHS - VR), da Universidade Federal Fluminense (UFF). Esse grupo de pesquisa tem o objetivo de desenvolver estudos de fundamentação psicodinâmica e crítica sobre a problemática da infância em geral e, em especial, sobre a infância em dificuldade no contexto da sociedade brasileira (infância pobre, infância vitimizada, infância infratora...). O maior esforço investigativo do Laboratório concentra-se em compreender a realidade social e psicológica de crianças e adolescentes, em situação de sofrimento, risco e vulnerabilidade, de forma a buscar modelos de intervenção que possam ser utilizados com parcelas específicas desta população, buscando minimizar o sofrimento destas e melhorar sua qualidade de vida.

Nesse percurso como pesquisadora do laboratório, fui bolsista de iniciação científica pelo CNPQ no ano de 2013, cujo projeto de pesquisa objetivou o traçar o perfil bibliográfico mais atual na área da violência doméstica contra crianças e adolescentes. A partir dessa investigação, que me permitiu entrar em contato com várias modalidades de violência doméstica, surgiu também o interesse em compreender como se manifesta e quais os fatores envolvidos na violência envolvendo adolescentes que cometem atos infracionais, neste momento, na perspectiva da psicanálise winnicottiana, que é o referencial teórico adotado pelo LEPIA.

Donald Woods Winnicott (1896-1971), pediatra e psicanalista inglês, estudou por mais de 40 anos o desenvolvimento emocional primitivo e as patologias relacionadas às primeiras fases do processo de construção do Eu, entendendo que esse só é possível a partir de um ambiente suficientemente bom que ofereça suporte e sustentação nessa tarefa.

Nesta perspectiva, este trabalho visa entender como os atos infracionais cometidos pelos adolescentes e as situações de violência podem estar associadas às vivências de falhas ambientais que interrompem o desenvolvimento e o processo de construção do Eu. Por meio do referencial teórico da psicanálise winnicotianna será apresentado um estudo de caso clínico com um adolescente em cumprimento de medida socioeducativa.

O trabalho foi dividido em sete capítulos. No Capítulo 2, a seguir, serão abordadas questões sobre a adolescência, violência, e as modalidades de medidas socioeducativas, além de discorrer sobre os estudos mais atuais acerca dos fatores associados à prática de atos infracionais por adolescentes. No Capítulo 3, será apresentada a teoria sobre o desenvolvimento emocional primitivo de Winnicott, e as principais patologias que podem surgir nesse percurso, entre elas a Tendência Antissocial, que segundo o autor está diretamente vinculada com a prática do ato infracional. O Capítulo 4 aborda as justificativas e os objetivos desse estudo. No capítulo 5 será descrito o método utilizado para a realização do estudo de caso. Posteriormente, no Capítulo 6 procederá a apresentação e discussão dos resultados. Já no Capítulo 7 serão feitas as Considerações Finais.

2. Adolescência, violência e as medidas socioeducativas.

2.1. Adolescência como uma fase de desenvolvimento

Em termos estatísticos, existe no Brasil, hoje, 21 milhões de adolescentes com idade entre 12 e 18 anos incompletos, o que corresponde 11% da população total (UNICEF, 2011). Segundo dados da Secretaria de Direitos Humanos, em seu levantamento anual do ano de 2013, indicam um número total de “23.066 adolescentes e jovens (de 12 a 21 anos) em restrição e privação de liberdade (internação, internação provisória e semiliberdade), considerando-se ainda 659 adolescentes em outras modalidades de atendimento (atendimento inicial, sanção e medida protetiva)” (BRASIL, 2015, p. 15). Entre os 345 mil brasileiros que cumprem algum tipo de pena, 17,4% são adolescentes com menos de 18 anos, distribuídos em 350 unidades de internação (BRASIL, 2012). Esses dados demandam o desenvolvimento de pesquisas para possíveis intervenções e melhoria da qualidade de vida desta população, além de ações e políticas públicas direcionadas para esse segmento específico da população.

De forma geral, o termo adolescência envolve algumas dificuldades na sua delimitação e conceituação. Deve-se ter em vista que conceitos são influenciados por épocas, culturas e que se transformam ao longo do tempo. Áries (1981) mostra que o conceito de adolescência foi formado durante séculos em função do aumento da expectativa de vida. Para Outerial (2001) a fase denominada adolescência é um acontecimento recente e que requer exploração teórica a respeito do tema. Existem atualmente discordâncias sobre esta fase.

Numa vertente sócio-histórica, o contexto social e cultural em que o sujeito está inserido tem grande importância para o desenvolvimento do adolescente. Segundo Mascagna (2009), a partir dessa abordagem, todos os processos de construção de uma consciência individual estão relacionados com o meio em que o indivíduo está inserido. Dessa forma, “o desenvolvimento humano, físico, mental, material e social, está diretamente relacionado com as condições concretas” (MASCAGNA, 2009, p. 28).

Valoriza-se, então, o momento que gera uma condição e uma necessidade, destacando-se nesse contexto a influência temporal. Acredita-se, ainda, que a personalidade que será formada está vinculada ao desenvolvimento histórico-cultural da sociedade onde o indivíduo está inserido, mostrando, assim, que a base para o psiquismo humano se dá por meio da atividade humana. O adolescente deveria ser tomado com suas potencialidades e condições cognitivas como os adultos. Nesta perspectiva, a conduta humana, para Tomio e Facci (2009, p. 95) “não é só produto da evolução biológica – graças a qual se forma um tipo humano com todas as funções psicofisiológicas necessárias e inerentes”. “O comportamento é também produto do desenvolvimento histórico e cultural.” Dessa maneira, o desenvolvimento da conduta não se deteve com o início da existência histórica da humanidade, tão pouco seguiu simplesmente os caminhos da evolução biológica.

Ainda segundo Mascangna (2009) nesta fase, os jovens apresentam potencialidades que devem ser exploradas, principalmente, pela escola, pois é pela apropriação dos conhecimentos científicos que os adolescentes podem desenvolver-se psicologicamente, ampliando a compreensão que têm da realidade, e coletivamente, propor formas de transformar a sociedade. Mas por outro lado, como bem pontua Knobel (1985), a adolescência não pode ser entendida apenas como um fenômeno social ou da cultura.

De forma geral, a adolescência corresponde a uma **revolução biopsicossocial** que marca a transição entre a infância e o mundo adulto e se constitui como uma fase ao longo do processo de desenvolvimento psicoafetivo, amplamente influenciada pelas vivências infantis e pelo contexto sociocultural ao qual está inserida. Uma fase onde ocorrem diversas mudanças físicas, emocionais e cognitivas que irão depender de sua história de vida pregressa, seu ambiente e cultura. Marcada por várias mudanças e transformações, a adolescência mostra-se uma fase propícia para o amadurecimento ou ao desencadeamento de transtornos de origem psíquicas (PASSARINI, 2014).

Segundo Knobel (1985), a adolescência não deve ser vista apenas como uma passagem para a vida adulta. A criança entra na adolescência com muitos conflitos e incertezas e precisa sair dela com sua maturidade estabilizada, com caráter e personalidades adultos. “A consequência final da adolescência seria um

conhecimento de si mesmo como entidade biológica no mundo, o todo biopsicossocial de cada ser nesse momento de vida” (Knobel, 1985, p. 30).

O entrar na adolescência exige uma elaboração dos conflitos que irão se manifestar na passagem para a maturidade. A percepção de um novo corpo também trás muitas questões e conflitos, pois envolve o deixar o corpo infantil e enxergar-se em um corpo novo, um corpo de adulto. Para Levisky (1998), a adolescência caracteriza-se por uma fase de estruturação final da personalidade e aquisição da imagem corporal, levando a mudanças definitivas no modo como a pessoa se relaciona com o os pais, com o mundo e com ela mesma. Essa imagem corporal, que a partir desse momento, irá subsidiar as relações desse adolescente com o novo mundo, o mundo adulto, acarreta mudanças, ao nível cognitivo, que irão apontar como esse sujeito irá lidar com o mundo, com suas relações, e consigo mesmo. Knobel (1985) refere-se ao que ele denomina *Síndrome Normal da Adolescência*, como um conjunto de sintomas e características que integram esta fase da vida, definição ainda atual, que encontra convergências com estudos de outros autores e é assim caracterizada:

2.1.1. Busca de si mesmo e da identidade

Para Knobel (1985) a adolescência não deve ser vista apenas como uma fase transitória. É uma etapa importante do desenvolvimento humano, considerando que ao entrar na adolescência, a criança passa por conflitos que tomam maiores proporções neste momento da vida, mas espera-se que essa sairá com sua maturidade estabilizada, com sua personalidade e caráter adultos (KNOBEL, 1985).

A consequência final, nas palavras de Knobel (1985), é o conhecimento de si como entidade biológica no mundo, o “todo biopsicossocial” de cada sujeito nesse momento da vida. Contudo, outras questões retornam como a importância do luto pelo corpo infantil e a representação de uma imagem corporal adulta. Os grupos irão desempenhar um papel significativo para o autoconhecimento e busca pela identidade. O adolescente pode, ainda, nessa busca pelo seu lugar identificar-se com figuras negativas, sendo um caminho mais fácil para se tornar “ser-no-mundo” e diferenciar-se dos pais. Além disso, a relação desse adolescente com os pais em

sua história de vida e de suas figuras introjetadas e internalizadas são a base para o Eu, superando todas as mudanças decorrentes desta fase.

2.1.2. Tendência grupal

Em geral, o adolescente busca por tornar-se membro e parte de um grupo, estar entre iguais, revelando necessidade de aceitação, o que traz, assim, segurança na formulação da identidade. Dessa forma, surge o espírito de grupo pelo qual o adolescente mostra-se tão inclinado. “Há ainda um processo de superidentificação em massa, onde todos se identificam com cada um” (KNOBEL, 1985, p. 36). Essa tendência à filiação grupal mostra-se como outra forma de distanciar-se das figuras parentais em busca de algo próprio, pois com o apoio do grupo de iguais, assumir sua identidade própria torna-se mais fácil. Desse modo, o grupo passa a ser necessário na transição para o mundo adulto.

2.1.3. Necessidade de intelectualizar e fantasiar

A intelectualização é, segundo Knobel (1985), utilizada como mecanismo de defesa contra ansiedades causadas pelos conflitos desse processo, manifestada como um refúgio da fantasia e identificada como formas comuns no pensamento, pensamento este que se manifesta como uma maneira de compensar perdas e lutos. De acordo com Laplanche e Pontalis (2001), a intelectualização é uma forma que o indivíduo utiliza, em forma de discursos e formulações intelectuais, para explicar as motivações de seus sentimentos, buscando mostrar que os domina por completo. No caso do adolescente, de acordo com Knobel (1985):

A necessidade que a realidade impõe de renunciar ao corpo, ao papel e aos pais de infância, assim como a bissexualidade que acompanha a identidade infantil, enfrenta o adolescente com uma vivência de fracasso ou impotência frente à realidade externa. Isto obriga também o adolescente a recorrer ao pensamento como para compensar as perdas que ocorrem dentro de si mesmo e que não pode evitar. (KNOBEL, 1985, p. 39).

Esse pensamento pode vir a manifestar-se como forma de diferenciar o mundo externo do mundo interno, como uma maneira de se defender das mudanças que ocorrem dentro de si mesmo. Surgem, assim, grandes ideias e movimentos voltados para as teorias filosóficas, tal como a dedicação em atividades artísticas, literárias, versos e novelas (KNOBEL, 1985).

2.1.4. Crises religiosas

A religião ou ateísmo pode manifestar-se como formas de defesa e solução das angústias. O adolescente pode oscilar entre os extremos, havendo posicionamentos religiosos e mudanças frequentemente. É comum observar que um mesmo adolescente passa, inclusive, por períodos místicos ou por períodos de um ateísmo absoluto. “Isto concorda com toda a situação mutável e flutuante do seu mundo interno, ao qual estou me referindo” (KNOBEL 1985, p. 40).

2.1.5. Deslocalização Temporal

Knobel (1985, p. 44) considera que “a percepção e a discriminação temporal seria uma das tarefas mais importantes da adolescência vinculadas com a elaboração dos lutos típicos dessa idade.” Para o autor, “o adolescente vive certa deslocalização temporal; converte o tempo em presente e ativo, numa tentativa de manejá-lo” (KNOBEL, 1985, p. 41). Há nesta fase, uma negação do tempo e a dificuldade de diferenciar presente, passado e futuro, fundamentais para a passagem para a vida adulta. Com a elaboração dos lutos, a dimensão temporal começa a se estabilizar.

2.1.6. A evolução sexual desde o autoerotismo ate a sexualidade genital adulta

Segundo Saes (2003) há a reedição do conflito edipiano com a dificuldade de que a problemática real de atuação dos desejos incestuosos torna-o mais angustiante. Uma fase em que se encontra a exploração sobre sua genitalidade, em

que a masturbação tem um papel importante de caráter exploratório e preparatório, impostos pela presença de um novo corpo, que demanda uma forma de conhecê-lo e prepara-lo para a vida adulta. Como ocorre em outras fases, as figuras parentais internalizadas para esse momento do período evolutivo são de grande importância.

Para Knobel (1985) desde criança existe a fantasia de penetrar (no caso do menino) e de ser penetrada (no caso da menina). Para eles, “são então as fantasias de penetrar ou de ser penetrado o modelo de vínculo que vai se manter durante toda a vida posterior do sujeito, como expressão do masculino e do feminino” (KNOBEL, 1985, p. 46).

Outro aspecto importante a ser considerado é a maneira como os pais vão lidar com a sexualidade da criança. Isso influenciará de maneira determinante a evolução genital do sujeito. Knobel (1985) afirma que é normal aparecerem momentos de predomínio de aspectos femininos no rapaz e masculinos na moça. “É preciso ter sempre presente o conceito de bissexualidade e aceitar que a posição heterossexual adulta exige um processo de flutuações e aprendizagem de ambos os papéis” (KNOBEL, 1985, p. 48). Dessa forma, a flutuação entre a heterossexualidade e homossexualidade, é normal nesta fase da adolescência, não havendo necessariamente uma orientação afetiva definida.

2.1.7. Atividade reivindicatória

Em decorrência da intelectualização, “o adolescente busca alterar o mundo externo na tentativa de dar ordem ao mundo interno que se apresenta de forma caótica” (SAES, 2003). Nesse sentido, o adolescente pode recusar tudo o que lhe é anteriormente valorizado, na busca do seu lugar e sua identidade.

A sociedade, mesmo manejada de diferentes maneiras e com diferentes critérios socioeconômicos, impõe restrições à vida do adolescente. O adolescente com sua força, com sua atividade, com a força reestruturadora da sua personalidade, tenta modificar a sociedade que, por outra parte, esta vivendo constantemente modificações intensas. (Knobel, 1985, p. 53).

Essas atitudes são necessárias para a formação do pensamento, assim como a passagem para a vida adulta.

2.1.8. Contradição nas manifestações de conduta

Knobel (1985, p. 55) aponta que “o adolescente não mantém uma linha de conduta rígida, permanente e absoluta, ainda que muitas vezes a pretenda e a procure.” Entende-se, dessa forma, que não existe na adolescência, uma conduta que seja dominante. A contradição irá funcionar como um tipo de defesa, “facilitam a elaboração dos lutos típicos deste período que caracterizam a identidade adolescência” (KNOBEL, 1985, p. 56). Knobel (1985, p. 55) afirma ainda que a “conduta adolescente está dominada pela ação que constitui o modo de expressão mais típico nesses momentos de vida, até o pensamento precisa tornar-se ação para poder ser controlado”.

2.1.9. Separação progressiva dos pais

A separação é importante para que o adolescente estabeleça como uma unidade diferenciada dos pais, pois o jovem está em busca de sua própria identidade. O luto pelos pais é um dos principais lutos da adolescência.

A presença internalizada de boas imagens parentais, com papéis bem definidos, e uma cena primária amorosa e criativa, permitirá uma boa separação dos pais, um desprendimento útil, e facilitará ao adolescente a passagem à maturidade, para o exercício da genitalidade num plano adulto. (Knobel, 1985, p. 57).

Quando essas figuras parentais não são bem internalizadas por algum motivo, por não terem seus papéis bem definidos ou ausentes, o adolescente buscará outros meios para identificação.

Por outro lado, as figuras parentais não muito estáveis nem bem definidas em seus papéis podem aparecer ante o adolescente como desvalorizadas e obrigá-lo a procurar identificação com personalidades mais consistentes e firmes, pelo menos num sentido compensatório ou idealizado. Em certas ocasiões, podem acontecer identificações de caráter psicopático, onde por meio de identificação introjetiva o adolescente começa a viver os papéis que atribui ao personagem com o qual se identificou. (Knobel, 1985, p. 57).

2.1.10. Constantes flutuações de humor

Segundo Knobel (1985, p. 57) “a *depressão* e o *luto* acompanham o processo identificatório da adolescência.” As alterações de humor são comuns nesta fase, devido às peculiaridades existentes. Dominados por sentimentos de ansiedade e depressão, que são determinados por mecanismos de introjeção e projeção no processo de elaboração de lutos, os adolescentes podem passar por micro crises maníacas ou depressivas que levam à alteração do estado de humor.

A forma como esses lutos serão elaborados, determinaram a oscilação de humor e a intensidade desses sentimentos. Essas características, presentes na adolescência e que caracterizam o jovem nessa fase do desenvolvimento, se localizadas em outro momento da vida podem assinalar um quadro psicopatológico, mas como são comuns nessa fase do desenvolvimento devem ser entendidas como experiências normais do jovem em busca da maturidade e de sua identidade adulta. Por esse motivo Knobel (1985) considera tais características como manifestações da Síndrome da Adolescência Normal.

2.2. Adolescência e violência

“A violência está presente em nossa sociedade, atualmente, nas ruas, dentro das casas, nas escolas, empresas, instituições, nos meios de comunicação” (LEVISKY, 1998, p. 21). Para Adorno:

A violência é uma forma de relação social; está inexoravelmente atada ao modo pelo qual os homens produzem e reproduzem suas condições sociais de existência. Sob esta ótica, a violência expressa padrões de sociabilidade, modos de vida, modelos atualizados de comportamentos vigentes em uma sociedade em um momento determinado de seu processo histórico. (ADORNO apud SCOBERNATTI, 2005, p. 82).

Uma sociedade que vive um momento histórico de violência, sendo um fato constituinte dos dias atuais, as mais variadas relações e comportamentos são afetados por ela. Essa realidade sócia histórica, caracterizada pela violência, também atinge direta e indiretamente os adolescentes.

Segundo dados da Secretaria de Direitos Humanos (SDH), em seu levantamento anual do ano de 2013, indicam um número total de “23.066 adolescentes e jovens (12 a 21 anos) em restrição e privação de liberdade (internação, internação provisória e semiliberdade), considerando-se ainda 659.000 adolescentes em outras modalidades de atendimento (atendimento inicial, sanção e medida protetiva)” (BRASIL, 2015, p. 15). Entre os 345 mil brasileiros que cumprem algum tipo de pena, 17,4% são adolescentes com menos de 18 anos, distribuídos em 350 unidades de internação (BRASIL, 2012). Atualmente, tem-se verificado o aumento de jovens envolvidos em situações de violência e atos infracionais. Diante de tais dados, conclui-se que “a juventude vive uma realidade de violência” (PASSARINI, 2014, p. 28), gerando consequências danosas para a constituição da infância e adolescência (PINTO JUNIOR; TARDIVO, 2008).

A questão da delinquência, enquanto fator de extrema importância no que se refere à criança e ao adolescente remonta ao século XIX junto do advento da industrialização (TARDIVO; GIL, 2008). Essa violência presente em nosso dia-dia não é um fenômeno novo, e tem sua origem com a na época do Brasil colônia.

Segundo a UNICEF (2011) crianças e adolescentes são especialmente afetados pela violência. Os adolescentes, por sua vez, já enfrentam um período de conflitos devido a sua fase do desenvolvimento, em que estão construindo sua identidade adulta, então se tornam mais vulneráveis em meio à realidade de violência que vivemos nos dias atuais.

Com a disseminação dos meios de comunicação e do forte interesse da mídia com os casos de violência, depara-se no dia-dia com inúmeras notícias que acabam por se tornar banais no mundo atual. Observa-se que não existe o preocupar-se e o colocar-se no lugar do outro, ideais que foram trazidos pela modernidade, que “é fruto de um processo socioeconômico-político-cultural que se tem caracterizado pela individualidade, racismo e universalidade” (LEVISKY, 1998, p. 22). Uma sociedade de violência, que não mostra preocupação quanto a esse cidadão em fase de desenvolvimento.

Além disso, a modernidade impõe desafios e necessidades relativos à adaptação, impostos pelos processos de desenvolvimento que geram tensões. Entretanto, necessidades de adaptação levam a tensões que formam mecanismos

de defesa no aparelho psíquico (LEVISKY, 1998). Dessa forma, torna-se necessário estar em constante mudança para se adaptar às exigências que são impostas pela sociedade, para poder se adequar aos modelos ditados.

Entre os jovens estes sentimentos se agravam pela própria crise normal da adolescência (KNOBEL, 1985). Como discutido anteriormente, o adolescente vive ainda, uma reativação de processos primitivos que podem abrir caminho para a incorporação de identidades negativas, figuras identificadas com a violência e marginalidade. Em meio a essas turbulências, o adolescente, que busca a formação de sua identidade, pode ser profundamente influenciável pelo ambiente, em meio aos modelos de uma sociedade que vive uma violência estrutural, enveredando-se pelos caminhos da delinquência e, a partir daí, podendo cometer atos infracionais. Os atos infracionais são atualmente definidos e caracterizados juridicamente pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

Na década de 1990, o ECA, Lei 8.069/90, garante conquistas para a criança e o adolescente, propondo o redesenho social, utilizando métodos que possuem participação popular e controle, “mediante a formação de conselhos nacional e estaduais para aprovar e traçar políticas públicas de atendimento à criança, e conselhos tutelares para o enfrentamento local da violação de direitos ” (LEVISKY, 1998, p. 49-50).

Dessa forma, o ECA constitui-se em um dos principais instrumentos de garantia de direitos e de proteção contra todas as formas de violência e opressão contra a criança e o adolescente. Mas também estabelece diretrizes para enfrentar e intervir em situações de violência cometidas pelo adolescente, denominadas por esse dispositivo legal de ato infracional.

O ECA preceitua o ato infracional, no artigo 103, a conduta considerada como crime ou contravenção penal. Como elucidado, crime é toda a ação ou omissão com a intenção de fazer mal que é contrária a lei e legalmente punida, possuindo a contravenção penal as mesmas características, porém, com menor gravidade. (MELLO, 1997).

Em seu o artigo 104, o ECA aponta que menores de dezoito anos são considerados imputáveis, e considera que não possuem capacidade para entender o

caráter criminoso do ato cometido. Dessa forma, quando se trata de menores de 18 anos, não se fala em crime, e sim em ato infracional (SAES, 2003).

As medidas socioeducativas responsabilizam o autor do ato mediante um processo legal, que poderá estabelecer sanções, cuja aplicação deverá levar em conta a sua peculiar situação da pessoa em formação e desenvolvimento físico, social e psicológico (VASCONCELOS, 2012). Dessa forma, a responsabilização pelo ato torna-se um modo de regeneração do adolescente, visando à sua integração a sociedade, ou seja, uma forma de reeducar visando às limitações e características desta fase de desenvolvimento.

A partir da prática do ato infracional poderá ser aplicado ao adolescente as seguintes medidas, previstas no artigo 112:

I – Advertência

I – Reparação do dano;

III – Prestação de serviços à comunidade;

IV – Liberdade assistida;

V – Semiliberdade;

VI – Internação.

A aplicação das medidas deve observar a capacidade de serem cumpridas pelo adolescente, assim como as peculiaridades da infração cometida.

2.3. As Espécies de Medida Socioeducativa

Serão examinadas, a seguir, todas as medidas socioeducativas e sua aplicação.

I – Advertência

Primeira medida socioeducativa do ECA. Consiste em uma forma de alerta, para o adolescente e sua família e tem a finalidade de informar sobre os riscos de possíveis atos graves no futuro. Não se trata de simples “conversa de rotina”, tendo em vista que dela resultará um termo, no qual estarão contidos os deveres do adolescente e as

obrigações dos pais ou responsável, com vista a sua recuperação, mantendo-lhe no seio familiar, com vistas a que ele não mais volte a delinquir (VASCONCELOS, 2012). Para Liberati (1999, p. 83) “será aplicada admoestação verbal pelo juiz, ao adolescente autor da infração penal, perante seus pais ou responsáveis”.

II – Reparação do dano;

“A obrigação de reparar dano é a medida socioeducativa imposta aos adolescentes que tenham causado algum ato infracional que tenha resultado em dano patrimonial, reparando assim os prejuízos causados a vítima” (SANTOS, 2012, p. 33). É, dessa forma, um modo de responsabilização pelo ato cometido, com o dever de reparar a outrem o dano causado. Porém, a aplicação dessa medida se torna complexa, considerando que a maioria dos jovens que comete esse ato é de família pobre e não tem condições de tal reparação. Entretanto, caso haja impossibilidade, e assegurado pela lei, há substituição da medida. Observa-se que esta medida busca “reafirmar e reeducar o dever aos infratores de zelar e ressarcir os danos causados ao patrimônio alheio” (SANTOS, 2012, p. 34).

III – Prestação de serviços à comunidade;

Consiste na realização de tarefas, de forma voluntária, com horários estabelecidos, conforme o cumprimento de tal medida, que não deve exceder a seis meses. Uma forma de punição que traga benefícios para a sociedade, considerando que o adolescente irá prestar serviços estabelecidos, de acordo com as suas aptidões, mas em observação aos seus compromissos (como escolar ou trabalho, para que esses não sejam prejudicados, por um período que não exceda seis meses e oito horas semanais).

É inegável o sucesso e notável índice de aproveitamento desta medida, visto que faz o menor sentir-se mais útil e inserido dentro da sociedade, de forma que, em não ficando ocioso, não tem tempo para pensar na discriminação que recai em si próprio, como passa a ter menos contato com os elementos perversos e delinquentes, sem falar que está colaborando, de certa forma, para a melhoria da sociedade. O grande alcance desta medida é exatamente constituir-se em uma alternativa à internação. (VASCONCELOS, 2012, p. 13).

IV – Liberdade assistida;

Constitui-se como uma medida aplicável aos adolescentes que não demandam a detenção, porém mostram-se propensos a entrarem no mundo do crime. “Aplica-se a medida de liberdade assistida nos casos em que haja necessidade de acompanhamento, auxílio e educação” (SANTOS, 2012, p. 36). O adolescente cumpre essa medida junto a seu meio social, sendo acompanhado por uma pessoa que ficará responsável por auxiliá-lo e orientá-lo. Poderá ser feito um acompanhamento simultâneo do adolescente e de seus familiares sempre que se fizer importante. O comprometimento e participação de todos os componentes do meio social desse jovem, é importante e essencial para que a medida seja cumprida de forma correta, almejando a reeducação e a reintegração ao meio social desse adolescente (VASCONCELOS, 2012). A família mostra-se um componente importante para auxiliar o jovem no cumprimento dessa medida.

V – Semiliberdade;

Nesta medida, o adolescente é internado em local adequado, onde tem possibilidade de realizar atividades fora da unidade de internação. É um meio termo da internação, pois nessa medida há possibilidade de convivência com a família, comunidade, além de poder estar no mercado de trabalho e estudando. Nesta medida, o adolescente recolhe-se à noite, e pode estar junto durante o dia com sua família, e fazendo normalmente suas tarefas durante o dia. Destina-se a adolescentes infratores que trabalham e estudam durante o dia (LIBERATI, 1999, p. 89). Para o cumprimento de tal medida, deve contar com casas especializadas para o recebimento desses adolescentes (VASCONCELOS, 2012).

VI – Internação.

A internação deve ser o último recurso a ser usado, pois priva o adolescente de sua liberdade, que deverá cumprir a medida socioeducativa em meio fechado. Deve ser aplicada somente aos casos mais graves, e quando já estiverem esgotadas todas as possibilidades, em caráter excepcional. “A internação consiste em uma medida

restritiva de liberdade, passando o adolescente a residir em um centro, com o objetivo fundamental de prevenção e reestruturação da personalidade do adolescente” (SANTOS, 2012, p. 40-41). A medida de internação só poderá ser aplicada “quando I – tratar-se de ato infracional cometido mediante grave ameaça ou violência à pessoa; II – por reiteração no cometimento de outras infrações graves; III – por descumprimento reiterado e injustificável da medida anteriormente imposta.” (LIBERATI, 1999, p. 96). Ressalta-se ainda que internação deve ser cumprida em lugares adequados como previstas no ECA.

Deve-se salientar, ainda, que ao serem administradas as medidas socioeducativas, deverá ser observada a situação do adolescente como um todo, não restringindo à gravidade do delito, mas deve-se observar especialmente, às condições pessoais do adolescente, sua personalidade, suas relações e referências familiares e sociais, bem como a sua capacidade de cumpri-la, assim como as necessidades da sociedade (VASCONCELOS, 2012). Deve-se ainda, ter em vista que as medidas socioeducativas possuem caráter pedagógico, que buscam a reintegração do adolescente, e também preventivo, para que não ocorra reincidência da prática dos atos infracionais. Isso mostra uma consciência acerca da fase da adolescência, do indivíduo em formação, que deve ser respeitada em suas peculiaridades.

2.4. Aspectos sociais e psicodinâmicos associados ao ato infracional

Para compreender os aspectos sociais e psicológicos que podem ser considerados condicionantes do comportamento violento e/ou infracional do adolescente, buscou-se na literatura mais atual o que as pesquisas na área têm sinalizado.

Primeiramente, um dos fatores discutidos pelos estudos que procuram abordar os condicionantes sociais associados à prática delituosa de adolescentes se refere às condições socioeconômicas em que vivem. Sobre isso, as pesquisas demonstram que a vulnerabilidade desses jovens em cometer atos infracionais está muito vinculada à restrição de acesso a bens e serviços sociais básicos. Em geral todas as investigações mostram que a maioria dos adolescentes que cumpre medidas socioeducativas vive em comunidades pobres, sem oportunidades econômicas e educacionais (PEREIRA; REIS

E COSTA; SILVA E MILANI, 2015).

De acordo com Côrrea et al (2015) não é apenas a baixa renda, mas também a desigualdades de renda que influenciam nas taxas de violência e criminalidade entre os adolescentes. E essa desigualdade entre classes sociais se torna muitas vezes uma discriminação socioeconômica e frequentemente associada à discriminação étnica e racial, considerando que o maior número de adolescentes em medidas socioeducativas é de negros e pardos. Mas, por lado deve-se ressaltar que o crescimento da violência entre os jovens não resulta apenas da pobreza e da desigualdade social, da falta ou má qualidade dos serviços, mas principalmente da incerteza política e dos conflitos institucionais que enfraquecem o impacto das ações para aperfeiçoar os serviços de segurança e justiça (SOUZA et al, 2015).

Associada à pobreza e desigualdade social, outro fator importante descrito nos estudos é a baixa escolaridade de adolescentes cumprindo medida socioeducativa. De forma geral, as pesquisas mostram que o nível educacional dos adolescentes em medidas socioeducativas de diferentes tipos é sempre identificado como baixo, sendo frequente o abandono escolar nessa população. Dados apontam uma correlação negativa entre a frequência à escola e a conduta infracional de adolescentes, uma vez que o número de reincidências de adolescentes que frequentam a escola é sempre menor quando comparados aos adolescentes que não a frequentavam (MATSUKURA; CID; MINATEL; MILLER et al, 2015).

Outro aspecto relevante identificado pelos estudos na área se refere ao envolvimento com as drogas como determinante do ato infracional. Investigações a respeito revelam que a precocidade do uso de drogas pode predispor os adolescentes a se envolver mais cedo com a prática de infrações, sugerindo que o consumo de substâncias ilícitas tornam os adolescentes mais vulneráveis a adoção de comportamentos delituosos (MATSUKURA; CID, MINATEL, 2015). Na mesma direção, Reis e Oliveira (2015) consideram que o adolescente ao ir para a rua pode se vincular a um círculo de amizade que, de fato, pode interferir para que se envolva em situações que o levem ao uso de drogas, às vezes até mesmo por hábitos reproduzidos pela própria vivência intrafamiliar, e esse é um fator associado à prática de ato infracional.

Outro estudo que visou mapear as características dos adolescentes infratores foi descrito por Miller et al (2015), o qual analisou os prontuários dos internos e entrevistas

semiestruturadas com nove adolescentes que cumpriam medida de internação em um centro de atendimento socioeducativo. Os dados mostraram um perfil marcado por pobreza, baixa escolaridade, falta de rede familiar, e principalmente o uso de drogas. Os dados apontam que muitos delitos são realizados para financiar o consumo de drogas dos próprios adolescentes.

Considerando a influência do meio social em que o adolescente se insere, Capelo e Toledo (2015) afirmam que geralmente o adolescente para se vincular no grupo de amigos, encontrarem uma namorada e principalmente consumir, ancoram-se no uso e/ou no tráfico de drogas como possibilidade de vida. No entanto, as condições insalubres e violentas que permeiam essa atividade, muitas vezes os aproximam de outras situações de violência que favorecem a entrada no universo infracional.

Brambilla (2012) também assinala que a inserção dos adolescentes no uso e no tráfico de drogas mostra-se como porta de entrada para demais infrações, pois é através do tráfico que os adolescentes pobres vislumbram a possibilidade de ascensão financeira, ofertando ganhos em curto prazo muito vantajosos do que as possibilidades de remuneração no mercado de trabalho formal. Assim, além do ganho financeiro imediato, o tráfico de drogas geralmente oferece poder aos adolescentes, que passam a ser vistos como figuras de autoridade nas comunidades onde residem.

O ambiente familiar em que o jovem está inserido também é descrito como um fator importante associado com a prática delituosa. Silva e Milani (2015) descrevem que dentre os fatores de risco ligados ao aumento da probabilidade de manifestação do comportamento antissocial ou violento em adolescentes estão os cuidados maternos e paternos inadequados, além de viver em meio à discórdia conjugal, ser criado por pais agressivos e violentos, e ter mãe com problemas de saúde. Além disso, os autores apontam também que a vivência em um ambiente desfavorável ao sujeito, permeado por negligência, abuso, e com figuras parentais fracas pode potencializar o desenvolvimento de comportamentos disruptivos e violentos nos adolescentes. Da mesma forma, Oliveira (2016), ao discutir os possíveis fatores que podem levar o adolescente a cometer o ato infracional, destaca as histórias de vida desses jovens em conflito com a lei, que são caracterizadas pela fragilidade das referências familiares, principalmente os vínculos afetivos, o que produz núcleos familiares disfuncionais em que imperam

abandono, alcoolismo, drogadição, e principalmente a violência intrafamiliar, em especial, os maus-tratos (abuso físico) e a negligência.

Zappe e Dias (2012) nessa mesma perspectiva também mostram a relação entre a prática de atos infracionais por adolescentes e a existência de fragilidade nas composições familiares a partir de uma pesquisa clínica com cinco jovens em situação de conflito com a lei. Nesse estudo, os autores identificaram a presença de diferentes formas de violência nas trajetórias de vida dos adolescentes, assim como fragilidades nas relações familiares desde momentos precoces do desenvolvimento dos adolescentes. A vivência de violência doméstica associada à fragilidade dos laços familiares, sendo que muitas vezes a figura do pai é percebida como fraca, ausente ou violenta, é um fator que dificulta o processo de subjetivação dos jovens e construção da sua identidade.

Também Paula e Assumpção Jr. (2013) assinalam que as famílias de adolescentes infratores vivem em acentuado estado de desequilíbrio e situações de tensão que alteram suas relações, dificultando a saúde emocional de seus membros. As disfunções familiares podem ser consideradas um fator permanente de estresse para o adolescente, uma vez que não pode recorrer a um familiar quando se sente ameaçado ou em dificuldades. Para os autores, o funcionamento das famílias sob condições incomuns de tensão leva-as à desorganização, não facilitando a saúde emocional e não favorecendo a inserção social dos filhos, indicando que pobres relacionamentos parentais também podem estar associados ao desenvolvimento de traços psicopáticos e antissociais.

Em uma perspectiva psicanalítica Pedro e Neves (2014) realizaram um estudo clínico com três famílias de adolescentes autores de ato infracional, visando identificar e compreender os vínculos e os recursos afetivos de seus membros. Os resultados apontam a fragilidade da figura concreta do pai ou da precária instalação da função paterna por outro cuidador. Nesse sentido, os autores entendem o comportamento antissocial do adolescente como uma tentativa, mesmo que sem sucesso, de fazer laço social, pois com o ato infracional, a função que deveria ser exercida pelo pai, agora encontra outros representantes, como o Estado e as instituições responsáveis pela aplicação das medidas socioeducativas, que vêm representar a lei simbólica e redimensionar o papel do pai, numa constante alusão repressora.

Assim, a partir das pesquisas apresentadas aqui se pode afirmar que há uma confluência de vários fatores que estão associados ao comportamento infracional do adolescente e qualquer estudo nesse campo de investigação demanda a interlocução entre vários saberes científicos para evitar uma leitura simplista e/ou unilateral do problema. Dentre as ciências que podem e devem lançar luz ao fenômeno do adolescente infrator, destaca-se a psicanálise, com o estudo dos motivos inconscientes e afetivos. Dentre os referenciais psicanalíticos utilizados para compreender a psicodinâmica dos adolescentes em conflito com a lei, nesse estudo serão privilegiadas as contribuições do psicanalista inglês Donald Woods Winnicott que propõe uma leitura a partir do conceito de Tendência Antissocial. As questões mais pertinentes da obra desse autor serão apresentadas no próximo capítulo.

3. O DESENVOLVIMENTO EMOCIONAL EM WINNICOTT

3.1. O papel do ambiente

Winnicott foi, na psicanálise, um dos primeiros a reconhecer o valor do ambiente no processo de amadurecimento emocional, considerando a relação inicial entre a mãe (cuidador) e o bebê como motor para o desenvolvimento humano, distanciando-se assim, da teoria de Melaine Klein. Segundo Dias (2003), Winnicott abandona as formulações kleinianas referentes às fantasias presentes nas posições esquizo-paranóides e depressivas para compreender os problemas apresentados por seus pacientes. Winnicott entende o ambiente como um propulsor para o processo de amadurecimento, sendo responsável pelo processo de maturação e desenvolvimento emocional.

Segundo esse autor, o processo de desenvolvimento está diretamente condicionado aos fatores ambientais que podem favorecer ou não o amadurecimento do sujeito. Então, para Winnicott o desenvolvimento está atrelado às vivências ambientais. O amadurecimento humano possui, segundo o autor, uma tendência inata à integração, sendo necessário o suporte de um ambiente que facilite esse processo. (DIAS, 2003).

Para Saes (2003) o amadurecimento inicia-se no período gestacional até chegar a um estado de unidade, onde haverá a distinção entre o Eu e o Não Eu, sempre condicionado a um ambiente que possa favorecer esse processo de desenvolvimento. Inicialmente, esse ambiente é representado pela figura da mãe, cujos cuidados darão base para o processo de constituição do sujeito.

O amadurecimento emocional para Winnicott, dessa forma, teriam três tarefas iniciais de desenvolvimento: a integração, a personalização e a realização. Inicialmente, não há uma integração primária. Nas palavras de Winnicott (1988/1990, p. 153):

É necessário postular, portanto, um estado de não integração partir do qual a integração se produz. O bebê que conhecemos com uma unidade humana, seguro dentro do útero, ainda não é uma unidade em termos de desenvolvimento emocional. Se examinamos [isto do ponto de vista do bebê (embora o bebê, como tal, não esteja lá para te um ponto de vista)], a

não integração é acompanhada por uma não consciência. (Winnicott, 1988/1990, p. 135).

Winnicott afirma que a principal tendência do processo de amadurecimento é integrar-se no tempo e no espaço. Por conseguinte, o alojamento da psique no corpo e o contato com a realidade externa.

A conquista da integração se baseia na unidade. Primeiro vem o 'EU' que inclui 'todo o resto não eu'. Então vem 'eu sou, eu existo, adquire experiências, enriqueço-me e tenho uma interação introjetiva e projetiva com o não eu, o mundo real da realidade compartilhada. (WINNICOTT, 1979/1983, p. 60).

3.1.1. A integração

Para que ocorra esse processo, é necessária a presença de uma pessoa, geralmente a mãe ou aquela que se encarrega dos cuidados do bebê, que será o ambiente facilitador, que com sua técnica, "junta" os pedaços do infante e o transforma em uma unidade. Isso é necessário para a formação e diferenciação do Eu.

De acordo com Winnicott (1979/1983) é a partir de um fenômeno chamado de "**preocupação materna primária**" que a mãe será capaz de dar o suporte para que o bebê se desenvolva, conclua tais processos, e alcance sua integração, por meio de lembranças inconscientes da provisão ambiental, ou seja, dos cuidados maternos adaptados às suas necessidades. É uma sensibilidade desenvolvida pela mãe, ou pelo cuidador, que, segundo Winnicott (1979/1983), irá favorecer a identificação com o bebê, a partir de uma identificação projetiva. Esta fase segundo Winnicott inicia-se ainda no final da gravidez e durante as primeiras semanas de vida do infante.

Esse fenômeno, para Winnicott (1958/2000), na relação da mãe com o bebê, envolve além da identificação consciente, identificações inconscientes. Lopes (2012) mostra que ao vivenciar a preocupação materna, a futura mãe experimenta e revive inconscientemente aspectos de sua vida quando bebê e, dessa forma, tais vivências irão influenciar o tipo de vínculo que será estabelecido com seu filho. Para Dias (2003) a preocupação materna primária, irá tornar a mãe/cuidador o ambiente

facilitador, ao qual o bebê necessita para desenvolver-se, e atuará assim, como “mãe suficientemente boa”.

Winnicott (1958/2000) destaca, ainda que esse estado de sensibilidade exacerbada da mãe para com seu bebê funciona “quase como uma doença”, sendo que ao final dessa vivência a mãe deverá recuperar-se, sem se aperceber disso. O autor justifica ao usar o termo “doença”, explicando seu caráter paradoxal, pois a mulher deve ter saúde necessária tanto para desenvolver tal estado, quanto para recuperar-se dele, na medida em que o bebê a libera dele (WINNICOTT, 1958/2000, p. 401).

Muitas mulheres são com certeza boas mães em todos os outros aspectos, e levam uma vida rica e produtiva, mas não tem a capacidade de contrair essa ‘doença normal’ que lhes possibilitaria a adaptação sensível e delicada às necessidades do bebê já nos primeiros momentos. (WINNICOTT, 1958/2000, p. 401).

Isso significa, que nem todas as mulheres estão preparadas para essa adaptação no início da vida de seu bebê. Essas mulheres, segundo Winnicott (1958/2000, p.401 a 402):

Não conseguem preocupar-se com o seu bebê a ponto de excluírem quaisquer outros interesses, de maneira normal e temporária. É possível inclusive imaginar que com algumas dessas pessoas ocorre uma ‘fuga para a sanidade’. Algumas delas têm certamente outras preocupações importantes, que não abandonam muito prontamente, ou talvez não consigam deixá-las de lado até terem o seu primeiro bebê. (WINNICOTT, 1958/ 2000, p. 401 a 402).

Segundo Winnicott (1958/2000) é o ambiente suficientemente bom que dará possibilidades para que bebê alcance, durante cada etapa, as resoluções de conflitos inatos pertinentes. Esse papel de ambiente facilitador pode ser desempenhado, como já apontado, por outra pessoa que não seja a mãe biológica, mas deve dar subsídios e oferecer os cuidados necessários para o desenvolvimento do bebê, adaptando-se as necessidades deste.

Com seu papel de ambiente facilitador, a mãe deve ser capaz de cumprir três funções principais: o “Holding”, o “Handling” e a “Apresentação do Objeto”. Dias (2003) aponta que o cumprimento dessas funções maternas específicas é

necessário para que as tarefas básicas de integração, personalização e de realização sejam resolvidas com sucesso.

O “**Holding**” está relacionado, segundo Winnicott, ao segurar total, no sentido físico dos cuidados, e a provisão adaptada às necessidades do bebê. A mãe deve ser capaz de proporcionar a sustentação que proporcione a sensação do bebê de estar em um corpo. Dessa forma, nas etapas iniciais o amor de mãe é expresso pelos cuidados físicos, e são de grande importância para o desenvolvimento da personalidade da criança. Segundo Dias (2003) o bebê necessita desses cuidados para que haja integração no mundo subjetivo.

Portanto, para que o holding se estabeleça é necessária a presença de uma mãe devotada e identificada com seu bebê, que possa observar e adaptar seus cuidados na medida em que o bebê cresce e necessita de formas diferentes de cuidados para a manutenção do seu bem estar. “O segurar ainda amplia-se para um ‘sustentar a situação no tempo’ (*holding a situation*), na medida em que aguarda os movimentos do bebê” (DIAS, 2003, p. 207), acompanhando-o e estando pronta para suprir suas necessidades quando necessário. A mãe, dessa forma, deve ser identificada e devotada o bastante para cumprir todas essas funções.

Winnicott chamou de “**Handling**” a função materna que envolve o modo como o bebê é tratado e cuidado, manipulado no momento do contato corporal com a mãe. (LOPES, 2012). O alojamento da psique no corpo é facilitado pelo manejo (*handling*), conceito que Dias (2003) refere-se a um aspecto mais específico do segurar, relativo aos cuidados físicos.

A **apresentação do objeto** envolve o contato com os objetos e torna-se possível, na medida em que o bebê os reconhece como algo externo. Este momento refere-se a um conceito original de Winnicott, ou seja, a **Primeira Mamada Teórica**. Esse termo assinala o movimento da mãe em apresentar o seio no momento em que o bebê está pronto para encontrá-lo.

Mas deve-se esclarecer que esse conceito não se restringe ao primeiro ato de mamar, mas a uma vivência que dura aproximadamente de três a quatro meses de vida, e ocorre quando o bebê se encontra em um estado de crescente tensão instintiva. Assim, o bebê desenvolve uma expectativa de encontrar algo em algum lugar, e no momento adequado a mãe lhe oferece o seio, o que torna possível o

bebê ter a ilusão que o objeto e o que ele significa são imagens criadas por ele. Em outras palavras, a mãe, por ser devotada e estar identificada com seu bebê, oferece a ele a possibilidade de ter a ilusão de que o seio é parte dele próprio. Segundo Winnicott:

O seio é criado e recriado pelos bebês repetidas vezes pela capacidade que tem de amar ou pode-se dizer pela necessidade. Desenvolve-se nele um fenômeno subjetivo, que chamamos “seio da mãe”. A mãe coloca o seio no real momento onde o bebê está pronto para criá-lo, e no momento exato. (Winnicott, 1953/ 1975, p. 26).

Assim, a mãe proporciona ao bebê a ilusão de que ele criou o objeto que necessita e experimenta um sentimento de onipotência. Nessa situação de onipotência, o bebê ilusiona que o mundo foi criado por ele e que o seio em que mama e que satisfaz sua necessidade instintiva é parte de si mesmo. Essa ilusão terá grande importância para o desenvolvimento, pois será a base para a criatividade do sujeito. Dias (2003) afirma que para o bebê exercer a criatividade é necessário que a apresentação de objetos seja feita de tal maneira que, ao mesmo tempo em que o lactente estabelece uma relação com esses objetos, ele é mantido na ilusão de onipotência, criando o que necessita sem nenhuma consciência da ajuda que possibilita esse feito.

3.1.2. A personalização

Esse conceito se refere à inserção da psique no corpo, um fenômeno necessário para a elaboração psicossomática. A noção da inserção da psique no corpo está relacionada à sensação de estar dentro dele, de forma que “o corpo e a psique sejam representados mentalmente e, com isso, o indivíduo possa usufruir do corpo de forma prazerosa” (PASSARINI, 2014, p. 13). Nas palavras de Winnicott:

Igualmente importante, além da integração, é o desenvolvimento do sentimento de estar dentro do próprio corpo. Novamente, é a experiência instintiva e a repetida e silenciosa experiência de estar sendo cuidado fisicamente que constroem, gradualmente, o que poderíamos chamar de personalização satisfatória. (Winnicott, 1958/2000, p. 225).

Mais uma vez, mostra-se a importância dos cuidados maternos primários na formação da personalidade. Entretanto, ao nascer a psique e o corpo não estão fundidos e são os cuidados maternos que promovem essa inserção.

A mãe, ao falhar em seus cuidados oferecidos ao bebê, de sustentação e manuseio, pode facilitar a vivência de despersonalização de seu bebê, ocorrendo a separação da mente e do corpo. Dessa forma, o bebê não tem a sensação de unidade, e posteriormente, prejuízos na relação com o mundo externo podem ser desencadeados.

3.1.3. Realização

Por fim, a **realização** que segundo Winnicott (1958/2000) refere-se à capacidade de análise do tempo e do espaço e de outros aspectos da realidade. Ocorre quando a capacidade de relacionamentos torna-se possível, além do contato com a realidade externa, sendo o indivíduo capaz de relacionar-se com pessoas totais, podendo entender a extensão de seus atos. A realização se desenvolve com o início da relação objetal (ainda com objetos subjetivos) e acontece nos momentos de excitação do bebê.

“O cuidado materno específico para essa tarefa é a apresentação de objetos (*object-presenting*)” (DIAS, 2003, p. 215). Como já descrito, a apresentação de objeto acontece através do processo de criação da ilusão, em que o objeto, o seio, é ofertado pela mãe, e o bebê vive a ilusão que foi ele quem o criou, ou seja, o infante “vivência a ilusão que tal objeto foi criado pelo impulso originado em função de sua necessidade” (LOPES, 2012, p. 33). A partir desse processo de ilusão de criação do seio, o bebê cria seu próprio mundo externo, dando início a sua criatividade, como dito anteriormente. Posteriormente, o bebê começa a ter contato com a realidade externa, entendendo que não tem controle sobre esta.

Estas três tarefas do desenvolvimento dependem, como já apontado, de um ambiente satisfatório que dê possibilidades ao desenvolvimento de cada fase teorizada por Winnicott, oportunizando ao bebê o sentimento de continuidade do ser e a emergência do Verdadeiro Self. O conceito de verdadeiro Self implica a representação da pessoa inteira, ou seja, a junção do corpo à psique, constituído a

partir do processo de não integração a integração do desenvolvimento emocional. Para que esse estado seja alcançado, o ambiente deve ter sido favorável para seu desenvolvimento. Assim, as tarefas características do processo de maturação são realizadas ao longo de fases, e dentre elas as mais importantes são a de dependência absoluta e de dependência relativa.

3.2. As etapas do desenvolvimento emocional

As etapas do desenvolvimento emocional propostos por Winnicott compreendem os estágios em que ocorre o desenvolvimento do Eu ou “Self”, e ocorre partir de um ambiente suficientemente bom, que, como visto anteriormente, deve ser favorável ao desenvolvimento, e intrusivo de maneira e forma adequada, quando as falhas ambientais já puderem ser suportadas. Como já apontado, em cada fase, o bebê deve atingir tarefas necessárias ao seu desenvolvimento.

3.2.1. A Fase de Dependência Absoluta

A fase de dependência absoluta vai desde o nascimento até por volta dos seis primeiros meses de vida, quando o bebê encontra-se totalmente dependente dos cuidados maternos primários, oferecidos pela figura da mãe, ou por quem desempenha esse papel. O ambiente, dessa forma, possui um papel fundamental neste momento, exercido pela figura da mãe suficientemente boa, que além de oferecer suporte para o desenvolvimento, deve proteger o bebê de falhas ambientais e suas intrusões, funcionando desse modo, como Ego auxiliar.

“Esta fase é caracterizada pela sustentação que ocorre inicialmente no útero e que deve se ampliar por toda a primeira infância, por meio do manuseio e de cuidados físicos realizados pela figura materna” (PASSARINI, 2014, p. 13). Dessa forma, o alicerce para o desenvolvimento emocional acontece através do holding oferecido de maneira adequada para que haja integração psicossomática.

É nesta fase que acontece a primeira mamada teórica e o processo de ilusão que precederá a origem da criatividade. Como já afirmado anteriormente, no

processo de vivência de ilusão, o bebê experimenta um sentimento de onipotência, por meio do gesto espontâneo. De acordo com Winnicott:

Aquilo que o bebê cria depende em grande parte daquilo que é apresentado no momento da criatividade, pela mãe que se adapta ativamente às necessidades do bebê. (WINNICOTT, 1988/1990, p. 130-131).

Deve-se destacar que o bebê ainda não consegue entender a sua dependência referente a um ambiente facilitador, mas como Winnicott (1979/1983) considera, essa é fase onde se configuram as principais tarefas do desenvolvimento. Nas palavras do autor:

Todos os processos de uma criatura viva constituem um vir-a-ser, uma espécie de plano de existência. A mãe é capaz de se dedicar, por um período, a essa tarefa natural, e capaz de proteger o vir-a-ser de seu gene. Qualquer irritação, ou falha de adaptação, causa uma reação no lactente, e essa reação quebra esse vir-a-ser. Se reagir às irritações e o padrão da vida da criança, então existe uma série de interferência com a tendência natural que existe na criança de se tornar uma unidade integrada, capaz de ter um self com o passado, um presente e um futuro. Com uma relativa ausência de relações e irritações, as funções corporais da criança dão uma boa base para a construção de um ego corporal. Deste modo, se lançam base para a saúde mental futura. (Winnicott, 1979/1983, p. 82).

3.2.2. A Fase de Dependência Relativa

A dependência relativa segundo Winnicott compreende o período de vida a partir dos seis meses até os dois anos de vida. Ocorre nesta fase uma mudança da relação da mãe com o bebê. A preocupação materna primária necessária e indispensável na dependência absoluta e para o desenvolvimento do bebê, junto à maternagem suficientemente boa começa a perder força na fase de dependência relativa, fazendo com que a mãe saia desse papel, em que sempre promovia adaptação às suas necessidades, além de mudar a relação de sua identificação com o bebê, quando eram necessários todos os devidos cuidados. Neste momento, o bebê começa a conviver com as falhas ambientais e é necessário que aceite-as como eventos comuns para que possa desenvolver-se emocionalmente.

A mãe, a partir dessa fase, deve separar-se do bebê de forma gradual. “Assim, o bebê conseguirá ver-se como algo separado da mãe, torna-se *consciente*

dessa dependência” (WINNICOTT, 1979/1983, p. 84, grifo do autor). Nessa fase, o infante começa a perceber os objetos exteriores. Deste modo, Winnicott (1979/1983) mostra que há diferenças entre a dependência que o bebê não tem a capacidade de percebê-la, e a dependência posterior, na qual a percepção e a tomada de conhecimento passam a existir.

Para que essa separação da mãe ocorra, Winnicott destaca a importância do objeto transicional para o desenvolvimento humano. Para enfrentar a desilusão de não ser uma com a mãe, que inicialmente é vivenciada como uma angústia depressiva, a criança elege alguns objetos como representativos da mãe, tais como, ursinho, paninho, fralda, cobertor etc. Esses objetos retirados do mundo externo são objetos que simbolizam a presença da mãe e por isso são capazes de restaurar o sentimento de continuidade de existência. Assim, o objeto transicional representa a primeira posse “não-Eu” da criança, e tem um caráter de intermediação entre o seu mundo interno e o mundo externo, pois está situado em uma, zona intermediária, entre o externo e o interno, entre o objetivo e o subjetivo. Em outras palavras, a criança usa objetos que estão fora, mas os sente como parte de si mesma.

De acordo com Násio (1995), o objeto transicional é um sinal tangível da existência de um espaço transicional, que pode, eventualmente, ser habitado por fenômenos e objetos transicionais ao longo da existência humana, mas que sua primeira manifestação se dá justamente na fase de dependência relativa, quando a criança está em seu processo de rompimento com a dependência absoluta de sua mãe. Na realidade, o objeto transicional representa a transição da criança pequena que passa do estado de união com a mãe para o estado em que se relaciona com ela como uma coisa externa e separada.

Assim, “os fenômenos transicionais estão exatamente no meio do caminho – como uma passagem intermediária e facilitadora – dessa “longa” jornada que vai da realidade subjetivamente concebida à realidade objetivamente percebida.” (DIAS, 2003, p. 233). A autora aponta, ainda, que a transicionalidade marca o início da quebra da unidade mãe-bebê. Os conceitos de objeto transicional, fenômeno transicional e transicionalidade são originais na psicanálise de Winnicott, que afirma:

Introduzi as expressões 'objeto transicional' e 'fenômeno transicional' para designar a área intermediária da experiência, entre o polegar e o ursinho, entre o erotismo oral e a verdadeira relação objetal, entre a atividade da criatividade primária e a projeção do que já teria sido introjetado, entre a não consciência e primária da dívida e o reconhecimento da dívida (Diz: 'brigado! '). (WINNICOTT, 1958/2000, p. 317).

Dessa forma, a criança, na fase da dependência relativa faz a integração entre os aspectos de tranquilidade (*holding*) e de excitação (agressividade – pulsão oral) em uma relação total com a mãe (DIAS, 2003). Ainda segundo Dias (2003), nessa fase o bebê já é capaz de tratar a mãe com agressividade, através de ataques como lançar objetos e morde-la, sendo também capaz de tratar o objeto transicional com crueldade. Com a agressividade presente na pulsão oral, o bebê imagina que a satisfação de sua necessidade deteriora o objeto.

Nessa fase, a criança se preocupa (*concern*) com os efeitos de sua destruição (DIAS, 2003). Para certificar que a mãe não foi destruída é necessária a integração dos estados tranquilos e de excitação no mesmo objeto, na presença de uma mãe suficientemente boa. A presença da angústia depressiva e de culpa faz com que o bebê lance mão de atividades de reparação (ao nível da fantasia e da realidade). Dessa forma, “o bebê percebe que a mãe que o ama e protege, lhe dá carinho, é a mesma mãe atacada e destruída, quando o bebê está agitado ou com fome devido a alguma outra pulsão” (TIRONI, 2015, p. 72). Segundo Passarini (2014) neste momento do desenvolvimento é muito importante que a mãe aceite os movimentos de reparação advindos de seu bebê, pois foram dirigidos a ela de maneira pulsional.

É nessa fase que se instaura o estágio denominado EU SOU momento em que ocorre a conquista da unidade em um *Eu* integrado (DIAS, 2003). Ou seja, a criança “adquire a capacidade de reconhecer que no exterior deve existir algo que se equivale ao Eu, mas que seria um Não-Eu, e é a mãe a pessoa reconhecida como um primeiro Não-Eu” (TIRONI, 2015, p. 74 -75). A partir disso, o bebê já consegue organizar-se, juntando suas experiências e reconhecendo objetos fora do Eu. De acordo com Dias (2003):

O eu que é alcançado neste momento é o resultado de um longo processo de integração que teve início no si-mesmo primitivo e não integrado: Ao longo dos estágios iniciais, foram sendo integrados os vários aspectos da personalidade (...). Agora, após ter feito, no estágio anterior, repetidas

experiências de expulsar a mãe para fora do âmbito de onipotência, ou seja, após tê-la objetivado e, portanto, se separado dela, pode, neste estágio do EU SOU, separar-se do ambiente total. (DIAS, 2003, p. 255).

Isso significa que após experiências satisfatórias de elaboração e de entendimento de estar separado da mãe, o bebê agora sente que é uma unidade e possui um interior e um exterior, constitui seu mundo interno com suas experiências, e passa a ter uma realidade psíquica.

3.2.3. A Fase Rumo à Independência

Em seguida, a fase rumo à independência constitui-se como uma fase em que a criança já consegue estabelecer uma relação com o mundo que a cerca, criando sua independência e se tornando capaz de viver uma existência pessoal, ainda que envolvida com as coisas da sociedade (WINNICOTT, 1979/1983).

Uma vez que as coisas tenham se estabelecido, como ocorre na normalidade, à criança se torna gradativamente capaz de se defrontar com o mundo e todas as suas complexidades, por ver aí, cada vez, mais o que já está presente dentro de si próprio. Em círculos cada vez mais abrangentes da vida social a criança se identifica com a sociedade porque a sociedade local é um exemplo de seu próprio mundo pessoal, bem como exemplo de fenômenos verdadeiros externos. (WINNICOTT, 1979/1983, p. 87).

Nessa fase “a criança já é capaz de vivenciar as relações triangulares do Édipo, e isso significa que ela já alcançou a identidade unitária” (DIAS, 2003, p. 272). O estágio edípico é a fase onde a criança irá viver junto a seus pais situações que envolvem amor e ódio. Para a ocorrência desse conflito e sua devida resolução, a criança deve ser capaz de uma diferenciação entre a fantasia e o afeto para com seus genitores.

Quando os pais existem e também uma estrutura doméstica e a continuidade das coisas familiares, a solução vem através da possibilidade de distinguir entre o que chamamos de realidade e fantasia. Ver os pais juntos torna suportável o sonho de separação ou morte de um deles. (WINNICOTT, 1988/1990, p. 77).

Assim, como pôde ser vislumbrado até aqui, desde a sua concepção, o sujeito passa por vários estágios de seu processo de amadurecimento emocional. Quando acontece a resolução do complexo de Édipo a criança entra, então, no

período de latência, para depois retomar a sexualidade genital em sua puberdade, prosseguindo pela adolescência.

Dias (2003, p. 292) mostra que na adolescência, o sujeito já deve ter alcançado o amadurecimento da sexualidade, “caso o contrário, não estará capaz de enfrentar as importantes e difíceis mudanças físicas associadas ao próprio amadurecimento pessoal que eclode na adolescência”. Dessa forma, o adolescente irá utilizar suas defesas psíquicas frente aos conflitos dessa fase.

Com os conflitos edipianos e da adolescência bem concluídos, por conseguinte, o fator ambiental terá uma menor relevância no decorrer do desenvolvimento do indivíduo ao longo de toda a vida. Mas deve-se salientar como bem aponta Winnicott, que a independência nunca será completa, pois o indivíduo de alguma forma sempre estará vinculado às provisões ambientais. O que muda é a intensidade de sua dependência, pois como descreve o autor, “o indivíduo normal não se torna isolado, mas se torna relacionado ao ambiente de um modo que se pode dizer serem o indivíduo e o ambiente interdependentes” (Winnicott, 1979/1983, p. 80).

3.3. Quadros patológicos nos estágios iniciais do desenvolvimento emocional

Winnicott em sua obra descreve uma série de patologias psíquicas à luz de sua teoria do amadurecimento, o que o leva a uma reorganização dos distúrbios psicopatológicos e a inclusão de outros. Deve-se destacar que as psicopatologias na psicanálise winnicottiana estão diretamente ligadas às deficiências ambientais e é por isso que Winnicott afirma que “os distúrbios mentais não são doenças; são conciliações entre a imaturidade do indivíduo e as reações sociais reais, tanto apoiadoras como retaliadoras” (WINNICOTT, 1979/1983, p. 200-201).

Assim, as psicopatologias podem ocorrer caso houver falhas ambientais e intrusões frequentes no processo de desenvolvimento do indivíduo. Os quadros patológicos, nessa visão, são decorrentes de mecanismos defensivos frente às intrusões do meio ambiente, pois como aponta Winnicott (1979/1983), as falhas ambientais no processo de desenvolvimento podem constituir diferentes reações,

inclusive o sentimento de intrusão do *Self*. Na realidade, é em função dos graus e variedades das carências e intrusões ambientais e da maneira como o bebê consegue manejá-las que ele vem ou não a evoluir para uma forma de organização patológica. Dentre os vários distúrbios psíquicos ao longo do desenvolvimento emocional, descritos por Winnicott, destacam-se: a Psicose, o Falso *Self* e a Tendência Antissocial.

As falhas na fase da dependência absoluta, quando a criança está totalmente dependente dos cuidados maternos, “podem romper com o sentimento de continuidade do ser, desencadeando a ansiedade de aniquilamento, também denominado terror sem nome, ou agonia impensável” (PASSARINI, 2014, p. 19). Este tipo de ansiedade é característico das organizações do tipo psicótica. Como nessa fase o bebê não consegue diferenciar o Eu do mundo externo, as inúmeras falhas e/ou grandes intrusões podem trazer sérias consequências na relação do indivíduo com o real. A partir disso, como resultado, o indivíduo poderá desenvolver um sentimento de futilidade e, na pior eventualidade, poderá viver a desorganização do *Self* (WINNICOTT, 1979/1983), ou seja, a psicose, que é uma forma de proteção ao *Self* frente às falhas ambientais e a falta de sustentação ao ego da criança. Assim, para Winnicott:

A base para a saúde mental é instaurada pela mãe desde a concepção e ao longo dos cuidados comuns por ela dispensados ao seu bebê, em razão de sua motivação especial nesse sentido. A doença mental do tipo psicótica surge a partir de adiamentos e distorções, regressões e confusões nos estágios iniciais do crescimento do conjunto ambiente-indivíduo. (WINNICOTT, 1958/2000, p. 315).

Dessa forma, as falhas na provisão ambiental com os cuidados maternos necessários serão decisivas para o aparecimento de tal psicopatologia. O desenvolvimento da psicose ocorre, segundo Winnicott (1958/2000), caso o ambiente não solucione as deficiências e distorções do desenvolvimento emocional, obrigando a criança a organizar-se em torno de uma defesa característica de uma entidade patológica.

Outra psicopatologia teorizada por Winnicott é o Falso *Self*. Ao pesquisar a etiologia do falso *Self*, percebe-se que tal tipo de constituição psicopatológica, tem sua origem no estágio das primeiras relações objetais (WINNICOTT,

1979/1983). Como já apontado anteriormente, a mãe suficientemente boa deve estar presente para que cumpra o seu papel e, conseqüentemente, aceite o gesto espontâneo do bebê, o qual Winnicott faz uma conexão com o verdadeiro *Self*. Assim, quando o impulso espontâneo se expressa pela criança através do gesto, mostra-se a procedência da criatividade primária, indicando a existência de um *Self* verdadeiro e em potencial (WINNICOTT, 1979/1983). Entende-se, dessa forma, que o falso *Self* constitui-se quando a mãe, que deveria cumprir sua função de ambiente suficientemente bom, falha em seu papel.

O Falso *Self* figura como o traço principal da reação do bebê às falhas de adaptação de sua mãe. Diante de uma mãe incapaz de identificar-se com suas necessidades, e que impõe as suas próprias demandas no lugar das de seu filho, o bebê adapta-se a esses cuidados maternos, submetendo-se às pressões de uma mãe que lhe impõe uma maneira inadequada de exprimir suas tendências inatas. Assim, o bebê é impossibilitado de viver a ilusão de criar o objeto subjetivo, por meio de uma presença impositiva da mãe, e acaba por viver a alteridade num período em que não tem condições próprias para lidar com ela. Como defesa, ele passa a adotar um modo de ser falso e artificial, ou seja, desenvolve uma existência construída a partir de um falso *self*. Nos casos mais extremos, esse *self* artificial é clivado do verdadeiro *self*, que, por sua vez, fica bloqueado em sua expressão (NÁSIO, 1995).

De acordo com Násio (1995), a organização psíquica do tipo falso *self* leva o sujeito a experimentar um sentimento de irrealidade de si, dos outros e da vida em geral. Ao chegar à idade adulta, ele pode se comportar como um camaleão, fundindo-se com o meio ambiente e reagindo de forma especular e adaptativa às pessoas de seu meio. É comum verificar nesse tipo de indivíduo um sentimento persistente de irrealidade, de vacuidade, acarretando graves descompensações e sofrimento psíquico.

E por último, a Tendência Antissocial, ou Psicopatia. A tendência antissocial é uma patologia em que o ambiente passa a ser alvo da destrutividade do indivíduo. Pode ser identificada em todas as idades, e para Winnicott a tendência antissocial é fruto também de uma resposta à falha ambiental. Na base da tendência antissocial está uma boa experiência inicial que se perdeu, “ocorrendo em um momento da evolução da vida psíquica, no qual o ego já alcançou certo grau de maturidade e em

que está ocorrendo à fusão entre as raízes libidinais e agressivas da personalidade” (SAES, 2003). Nas palavras de Winnicott:

Um rapaz ou uma moça antissocial é uma criança privada de algo. A criança privada de algo é a criança que teve algo suficientemente bom, e depois não mais o teve, o que quer que seja, tendo havido então suficiente crescimento e organização do indivíduo na ocasião da privação para essas privações serem percebidas como traumáticas. (WINNICOTT, 1979/1983, p.123).

Nesta psicopatologia, a ambiente falha e o indivíduo o reivindica, na tentativa de tornar o ambiente importante. A destrutividade, desse modo, “está voltada para o ambiente” (PASSARINI, 2014, p. 23). Nessa perspectiva, a tendência antissocial é determinada por vivências de deprivação, “quando a criança é destituída de algum aspecto essencial de sua vida em família” (WINNICOTT, 1958/2000, p. 409). Deriva, geralmente, da perda de algo experimentado como bom para a experiência infantil, algo que já se teve, referido ao ambiente ou outras situações relacionadas à dependência, e que lhe foi retirado por algum motivo. Dessa forma, Busnardo (2012) mostra que pode-se relacionar a tendência antissocial com falhas ou deprivações ligadas ao ambiente e as questões associadas à dependência.

Quando existe uma tendência antissocial, *houve um verdadeiro desapossamento* (não uma simples carência); quer dizer, houve perda de algo bom que foi positivo na experiência da criança até uma certa data, e que foi retirado; a retirada estendeu-se por um período maior do que aquele em que a criança pode manter viva a lembrança da experiência. A descrição abrangente da privação inclui o antes e o depois, o ponto exato do trauma e a persistência da condição traumática, e também o quase normal e o claramente anormal. (WINNICOTT, 1984/1999, p.139-140, grifo do autor).

Durante o desenvolvimento emocional, em suas fases iniciais da vida do indivíduo, há uma busca pela integração da personalidade, bem como o reconhecimento da existência de uma realidade externa. Como já apontado, é durante a fase da dependência relativa que acontece tal integração, quando o bebê é capaz de aceitar as falhas ambientais, desde que estas falhas não sejam de natureza muito intrusiva, o que poderá acarretar em quadros patológicos, como neste caso, a tendência antissocial.

Esse tipo de organização psíquica aponta mais uma vez para a importância do papel do ambiente no desenvolvimento emocional. “A tendência antissocial

caracteriza-se por *um elemento que compele o ambiente a ser importante*” (WINNICOTT, 1984/1999, p.139, grifo do autor). Esta forma de comportamento é, então, um modo de demandar do ambiente aquilo que não foi ofertado, ou que foi ofertado, mas que por algum motivo lhe foi retirado. Assim, recorre-se ao mundo real (ambiente) para que esse forneça a estabilidade que necessita a fim de transpor os primeiros e essenciais estágios de desenvolvimento e crescimento emocional (WINNICOTT, 1984/1999).

Dessa forma, a falha ambiental é a principal causa de tal psicopatologia. Winnicott (1979/1983) afirma que a etiologia está primeiramente no ambiente e apenas secundariamente na reação da criança. Nesse sentido, há nessa conduta antissocial uma forma de mostrar que existe esperança, pois os atos são entendidos como um pedido de ajuda que busca no ambiente algo (ou alguém) que possa restaurar o que foi retirado e perdido. Esse entendimento é essencial para o reestabelecimento de tal quadro psicopatológico. Para Winnicott (1984/1999):

A tendência antissocial implica esperança. A ausência de esperança é a característica básica da criança que sofreu privação que, e claro, não está sendo antissocial o tempo todo. No período de esperança a criança manifesta a tendência antissocial. Isso pode ser constrangedor para a sociedade em geral e para você, se a sua bicicleta e que foi roubada, mas aqueles que não estão pessoalmente envolvidos podem discernir a esperança subjacente na compulsão para roubar. Talvez uma das razões por que tendemos a deixar para outros a terapia do delinquente seja o fato de nos desagradar sermos roubados. (WINNICOTT, 1984/1999, p. 139, grifo do autor).

Ressalta-se, então, a importância da manifestação de tal tendência, pois ela mostra a existência de esperança para o sujeito.

Desse modo, as atuações antissociais da criança podem ser compreendidas como positivas, na medida em que refletem a busca e a esperança da redescoberta de limites, referência interna na constituição do ser, e a legitimidade existencial, a despeito de denotarem, a um primeiro olhar, um estado de doença, decorrente da interrupção de seu desenvolvimento emocional. (COELHO ET AL., 2009, p. 193).

Winnicott aponta duas direções para a tendência antissocial, o roubo e a destrutividade. No que se refere ao roubo, esse representa uma busca por algo que lhe foi retirado, ou seja, é a tentativa de adquirir o que foi perdido inicialmente por

meio da provisão ambiental. Na realidade, não se está em busca do objeto ao qual foi roubado, e sim da figura materna (cuidador) que lhe foi destituída e, dessa forma, a reivindica. A destrutividade difere-se do roubo, por apresentar além de uma busca ambiental, a estabilidade por seu comportamento destrutivo (WINNICOTT, 1984/1999, p.141).

No caso do roubo, a criança busca a mãe, isto é, a preocupação materna e sua disponibilidade para acolhê-la. Já a destrutividade se relaciona à figura do pai, no sentido de buscar um ambiente forte, capaz de suportar os atos da criança, de lhe estabelecer os limites necessários. (VILHENA & MAIA, 2010, p. 49).

Esses dois comportamentos representam “*uma tendência para autocura*” (WINNICOTT, 1984/1999, p.142, grifo do autor), e indicam que ainda há esperança de recuperação. Para o autor:

A manifestação da tendência antissocial inclui roubo, mentira, incontinência e, de modo geral, uma conduta desordenada, caótica. Embora cada sintoma tenha seu significado e valor específico, o fator comum para o meu propósito de tentar descrever a tendência antissocial é o *valor de incômodo dos sintomas*. Esse valor incômodo e explorado pela criança não é um caso fortuito. Boa parte da motivação é inconsciente, mas não necessariamente toda ela. (WINNICOTT, 1984/1999, p.142, grifo do autor).

Coelho Filho et al. (2009, p. 193) nos mostram que

Desse modo, as atuações antissociais da criança podem ser compreendidas como positivas, na medida em que refletem a busca e a esperança da redescoberta de limites, referência interna na consciência do ser e a legitimidade existencial, a despeito de denotarem, a um primeiro olhar, um estado de doença, decorrente da interrupção de seu desenvolvimento emocional. (COELHO FILHO et al., 2009, p. 193).

Grosso modo, a psicose e a tendência antissocial podem parecer patologias semelhantes, caso não se nos atente para algumas particularidades, pois nas duas encontram-se as falhas ambientais. “Deve-se atentar para a linha tênue que existe entre a deprivação e privação” (BUSNARDO, 2012, p. 63). Na privação não houve a provisão ambiental necessária, enquanto na deprivação, o ambiente foi ofertado, mas por algum motivo, falhou posteriormente. A falha ambiental na psicose ocorre no estágio da dependência absoluta, momento em que o bebê depende

intensamente da provisão dada pelo ambiente por meio dos cuidados maternos. Diferentemente, na tendência antissocial, a falha ambiental ocorre no estágio posterior, ou seja, na dependência relativa, onde o indivíduo já é capaz de suportá-las e de perceber uma privação real. (WINNICOTT, 1979/1983).

Desse modo, tem-se como diferenciação o fato que a psicose ocorre na fase da dependência absoluta, enquanto a tendência antissocial ocorrerá no estágio subsequente, ou seja, na dependência relativa. As deficiências ambientais que produzem psicose fazem parte do estágio anterior. E a tendência antissocial esta relacionada com a fase em que “o indivíduo em desenvolvimento tem a capacidade de estar perceptivo da provisão ambiental ou da sua falha (cf. Tendência antissocial)” (WINNICOTT, 1979/1983, p.126).

No que se refere às formas de tratamento, Winnicott afirma que a psicanálise tradicional não é a forma mais adequada de cuidar da tendência antissocial.¹ O tratamento desse tipo de psicopatologia deve se basear no restabelecimento do que foi perdido, trazendo de volta o ambiente para que o sujeito possa ir de encontro ao que lhe foi destituído, dessa vez, de uma nova maneira.

A retomada do desenvolvimento emocional requer provisão estável de cuidados, exigindo um manejo capaz de ir ao encontro do momento de esperança do paciente. Apenas com o estabelecimento de uma nova relação com o mundo externo, pautada na confiança, é que o bebê/ a criança/ o jovem/ o adulto poderá viver de forma criativa, na medida em que voltou a ser legitimado como indivíduo. (COELHO FILHO et al., 2009, p. 194).

Conforme assinala Saes (2003), na hipótese de que em nenhum momento for oferecida a estabilidade ambiental, os atos antissociais poderão se repetir, até que o

¹ Para Winnicott a análise tradicional, tal como elaborada por Freud, aplica-se aos pacientes que funcionam como pessoas inteiras, ou seja, pessoas que no seu processo de desenvolvimento receberam cuidados suficientemente bons e que por isso conseguiram se integrar e atingir o adequadamente o estágio Eu Sou. Com esse tipo de paciente, as dificuldades se localizam no âmbito dos relacionamentos interpessoais, e por isso a técnica a ser utilizada é a mesma da psicanálise clássica, apoiando-se na interpretação da transferência para lançar luz ao material inconsciente recalcado. Contudo, para pacientes cuja etiologia se situa nas fases iniciais do desenvolvimento, decorrente da privação ou deprivação, e cuja estrutura psíquica ainda não está integrada, faz-se necessário o manejo clínico do setting, organizado a partir do holding do analista que permite, sem necessariamente recorrer à interpretação, a regressão à dependência. A identificação do analista com as necessidades do paciente a partir da sustentação (holding) promove uma situação de confiança que favorece o descongelamento da situação primitiva de carência ou falha ambiental, liberando, assim, os processos de maturação que ficaram paralisados (JANUÁRIO; TAFURI, 2011).

indivíduo se torne um criminoso, cada vez mais deprimido, despersonalizado e incapaz de sentir e viver a realidade. Dessa forma, é necessário que se estabeleça o provimento de cuidados, para que o sujeito possa vivenciar o ambiente de uma nova maneira. Para que o desenvolvimento emocional volte a ocorrer, devem ser oferecidos cuidados estáveis que levem o paciente, através do manejo satisfatório, ao encontro do momento em que esse demanda a existência de esperança (COELHO FILHO et al., 2009). De acordo com a teoria apresentada neste estudo, é o ambiente que deverá oferecer nova oportunidade à ligação egóica, uma vez que a criança vivenciou uma falha ambiental no apoio ao ego que redundou originalmente na tendência antissocial (WINNICOTT, 1979/1983).

4. JUSTIFICATIVAS E OBJETIVOS

A partir de revisão bibliográfica foi possível observar que há, atualmente, um aumento de adolescentes envolvidos em situações de violência e cometendo atos infracionais, e que são vários fatores associados a essa realidade, destacando os fatores afetivos e familiares a que os jovens estão expostos. Desse modo, este estudo tem como objetivo compreender o fenômeno da adolescência em situação de violência e infração por meio de uma leitura psicanalítica, descrevendo os fatores emocionais associados ao comportamento disruptivo e infracional do adolescente e compreender a psicodinâmica do jovem infrator através do referencial teórico da psicanálise de orientação winnicottiana. Por meio de um estudo de caso clínico com um adolescente cumprindo medida socioeducativa em uma instituição especializada, pretende-se verificar a existência de elementos importantes do desenvolvimento emocional desse jovem e do ambiente (familiar e social) em que vive que possam estar associados com a prática de ato infracional, e analisar se esses são indicadores psicopatológicos de uma possível Tendência Antissocial.

5. MÉTODOS

Trata-se de uma pesquisa do tipo qualitativa, valendo-se do Estudo de Caso Clínico. De acordo com Turato (2003), o método qualitativo implica em um processo personalizado e dinâmico de investigação. Trata-se de um procedimento essencialmente construtivo-interpretativo, permitindo que as características desse tipo de método possam ser aplicadas em um contexto de cuidados da saúde, como no caso da pesquisa em Psicologia Clínica.

Dentro da pesquisa clínica-qualitativa, o Estudo de Caso configura-se como um dos seus possíveis delineamentos. Para Ventura (2007), o estudo de caso origina-se nas pesquisas da área médica e psicológica, fundamentando-se na análise detalhada de um caso individual explicando a dinâmica e a caracterização de um dado fenômeno psicológico ou médico.

“A pesquisa clínica-qualitativa prioriza a coleta de dados no ambiente em que o fenômeno ocorre, como uma forma de melhor se aproximar das características e relações da pessoa e objeto do estudo” (PASSARINI, 2014, p.72). Com este método de investigação acredita-se que se pode adquirir um amplo conhecimento do fenômeno estudado a partir da exploração intensa de um único caso. Segundo o autor, além das áreas médica e psicológica, o Estudo de Caso, tornou-se uma das principais modalidades de pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais.

O objetivo dentro dessa perspectiva é compreender estes fenômenos para, então, explicar a realidade. Em função de esse objetivo de estudo ser humano implica em ele estar em uma relação intersubjetiva com o pesquisador, de tal forma que a compreensão do mesmo não representa uma realidade concreta, mas uma construção decorrente das disposições do pesquisador, como hipóteses, teorias, referências conceituais e metodológicas, entrevistas, observações e interações. (PASSARINI, 2014, p. 72-73).

5.1. Participante

Participou dessa pesquisa um adolescente cumprindo medida socioeducativa, do sexo masculino, com 13 anos de idade, identificado em um serviço especializado, no município de Volta Redonda. Sua participação contou, ainda, com a autorização

dos pais mediante a assinatura do Termo de Consentimento de Livre e Esclarecido², e com a concordância por parte do adolescente³ em realizar a pesquisa, estando ciente que, ela poderia escolher não participar, ou interromper sua participação em qualquer momento⁴.

5.2. Instrumentos

a) Leitura Documental: esse procedimento cumpriu o objetivo de levantar dados importantes sobre a história e desdobramentos do ato infracional cometido pelo adolescente, além de identificar dados da história de vida do participante. Foi feita a leitura de prontuário que a instituição utiliza para acompanhar o adolescente, buscando entender questões como motivação para a prática do ato infracional, informações sobre a ocorrência, desdobramentos, o cumprimento da medida, situação após o conflito e composição familiar.

b) Entrevista Individual com a mãe e o adolescente infrator: Bleger (1998) compreende a entrevista como sendo um instrumento ou técnica de fundamental importância para o método clínico. Nessa perspectiva, Saes (2003) mostra que a “entrevista é entendida como uma relação especial entre entrevistador e entrevistado, sendo que a relevância recai sobre as variáveis determinadas por este último”. Trata-se de uma forma de observação ampla que se apoia em uma concepção psicodinâmica da personalidade. Em pesquisas mais vastas, podem ser utilizados testes projetivos para aprofundar a compreensão dos casos.

As modalidades de entrevista que mais se adaptam ao método clínico-qualitativo são as entrevistas não dirigidas, ou semiestruturadas (PASSARINI, 2014). Sobre esse tipo de entrevista, Manzini (1990/1991, p. 154) afirma:

² Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – Anexo 1.

³ Termo de Assentimento – Anexo 2.

⁴ Cabe ressaltar que foram atendidos todos os princípios éticos preconizados em pesquisas envolvendo seres humanos, garantindo o sigilo e a confidencialidade dos dados coletados. O projeto foi submetido à análise do Comitê de Ética em Pesquisa da Faculdade de Medicina da Universidade Federal Fluminense (FM/UFF/HU) e aprovado sob o parecer nº 1.584.971.

A entrevista semiestruturada está focalizada em um assunto sobre o qual confeccionamos um roteiro com perguntas principais, complementadas por outras questões inerentes às circunstâncias momentâneas à entrevista. (MANZINI, 1990/1991, p. 154).

A partir do exposto, pode-se afirmar que a entrevista semiestruturada é a “modalidade que deixa o participante e entrevistador mais livres a possíveis desdobramentos” (PASSARINI, 2014, p. 75). No presente estudo, foram priorizadas as entrevistas semiestruturadas com a mãe e o adolescente que cumpre medida socioeducativa, como forma de compreender a história de vida do jovem e os significados da experiência do ato infracional em profundidade. Nestas entrevistas, foram contempladas questões sobre: a história de vida pregressa, as relações familiares, relações sociais, quando ocorreu o ato, e, em relação à medida socioeducativa, quais atividades ele está cumprindo, sua avaliação, e seus planos para o futuro.

c) Aplicação do Procedimento de Desenhos-Estórias. Essa técnica foi desenvolvida por Trinca (1998), como instrumento de investigação clínica da personalidade utilizada na psicoterapia e como auxiliar no diagnóstico psicológico. Não é um teste psicológico, e sim um meio auxiliar de conduzir o exame psicológico do paciente em análise ou em psicodiagnóstico. Segundo Trinca (1997, p. 12) “este método tem por base as associações livres a partir dos desenhos que o paciente escolhe fazer, e das histórias construídas para cada desenho”.

Basicamente, é formado pela associação de processos expressivo-motores (entre os quais se inclui o desenho livre) e processos aperceptivos-dinâmicos (verbalizações temáticas). Dessa junção surge um instrumento individualizado, que se diferencia de outras técnicas de investigação. Ele consiste de cinco unidades de produção, que são realizadas pelo examinando, sendo cada qual composta por desenho livre, estória, ‘inquérito’ e título. (TRINCA, 1997, p. 12).

O paciente a partir de cada desenho que elabora, produz uma história a partir deste. A técnica de aplicação é bastante simples, baseando-se num convite que se faz ao examinando de ir se aprofundando em sua vida psíquica, especialmente por meio de desenhos e associações verbais. Segundo Trinca (1984, p. 55) “sua fundamentação é lastreada em princípios de associações livres, aliados a princípios

de organização do material, a partir de dados incompletos ou pouco estruturados, em que o indivíduo tenha a liberdade de composição”. Solicita-se que ele realize seguidamente uma série de cinco desenhos livres (cromáticos ou acromáticos), e a partir de cada desenho que elabora, produz uma estória a partir deste. Tendo concluído cada par desenho-estória, o examinando segue fornecendo esclarecimentos (fase de "inquérito" denominada por Trinca), sendo necessário, ainda, colocar um título em cada unidade de produção. Destina-se a sujeitos de ambos os sexos, que podem pertencer a quaisquer níveis mental, socioeconômico e cultural e de diferentes faixas etárias. Este procedimento, Desenhos-estórias visa investigar “aspectos da dinâmica da personalidade, especialmente quando esta apresenta comprometimento emocional” (TRINCA, 1997, p.18).

5.3. Procedimentos

Inicialmente, foram feitos contatos com a instituição participante, para explicar aos profissionais e coordenador do serviço o delineamento da pesquisa, e após conversas sobre os objetivos e os métodos, os técnicos do serviço (psicólogos e assistentes sociais) indicaram um adolescente para que fosse desenvolvido o estudo. Posteriormente, foi realizado contato com o responsável pelo adolescente para explicitar os objetivos e procedimentos da investigação, e para obter sua autorização e assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Após a coleta do Termo de Consentimento assinado pelo responsável do participante, foi realizada a leitura do prontuário que a instituição especializada em assistência social utiliza para acompanhamento desse adolescente. Em seguida, foi conduzida uma entrevista semiestruturada com a genitora do adolescente, buscando levantar informações sobre a história de vida do participante, dinâmica familiar e as relações afetivas com o adolescente, e as percepções e significados atribuídos ao ato infracional do adolescente em questão.

Posteriormente a essa entrevista, procedeu-se outra com o adolescente, quando foram explicados os objetivos da pesquisa e solicitada a assinatura do Termo de Assentimento Livre e Esclarecido, o estabelecimento do “rapport” e a investigação sobre sua vida afetiva, familiar e social. Além disso, procurou-se captar

os sentidos e a avaliação do adolescente sobre a medida socioeducativa cumprida. Após esse primeiro contato com o adolescente, foi agendada uma outra entrevista para a aplicação do Procedimento de Desenhos Estórias, seguindo as instruções apresentadas por Trinca (1998). Deve-se ressaltar que as entrevistas e a aplicação do Procedimento de Desenhos Estórias foram gravadas e posteriormente transcritas para análise dos dados coletados.

5.4. Análise dos Dados

Os dados acerca das entrevistas semiestruturadas e do Procedimento de Desenhos-Estórias foram analisados por meio da livre inspeção do material. Esse método de análise fundamenta-se no referencial teórico-clínico de base psicanalítica como forma de investigar e compreender a psicodinâmica do sujeito. Em outras palavras, baseia-se em uma análise globalística daquilo que se apresenta no conjunto da produção (entrevistas, desenhos-estórias, respostas aos inquéritos e outras associações) e no seu significado subjetivo para o paciente, sendo levantadas hipóteses referentes às angústias e conflitos predominantes, à natureza dos impulsos e sentimentos expressos, das fantasias inconscientes, dos vínculos mais significativos, das defesas mais utilizadas, entre outros aspectos (TRINCA, 1984, BONFIM; BARBIERI, 2009, PASSARINI, 2014).

A seguir, os dados analisados foram discutidos por meio de um entrelaçamento clínico-teórico, utilizando os conceitos de Winnicott e demais autores apresentados nos capítulos iniciais desse trabalho, para se chegar a uma compreensão psicodinâmica dos significados que o adolescente infrator dá ao seu comportamento violento e a relação que se estabelece com a sua vida emocional e familiar.

6. APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

6.1. Histórico do ato

Matheus⁵, em 2014, envolveu-se em uma briga na escola. Ao tentar morder um colega de classe, a professora entrou na frente para separá-los, e ele acabou mordendo-a. A referida professora fez queixa ao Conselho Tutelar, e por conta desse ocorrido, Matheus foi encaminhado a uma instituição especializada para cumprir uma medida sócio educativa no regime de liberdade assistida por um período de 6 meses, respondendo por lesão corporal leve e ter causado lesões a outrem. O adolescente ainda está em acompanhamento na referida instituição, por meio de entrevistas semanais com uma profissional de psicologia.

6.2. História de vida

Matheus tem 13 anos, e três irmãos mais novos, João, nove anos, Rafaela, quatro anos e Mariana, dois anos. Seu pai tem 40 anos, trabalha como instalador, e sua mãe, 37, trabalha em um supermercado como repositora. Hoje a composição familiar é constituída pelo Matheus, seus três irmãos e sua mãe, pois seus pais são separados desde 2011, por causa de uma traição por parte do pai. Na época, Matheus tinha oito anos. De acordo com os relatos da genitora, o adolescente sentiu muito o afastamento de seu pai, referindo que o menino reclamava muito a ausência da figura paterna.

Em entrevista, a mãe também assinala que Matheus apresenta um comportamento agressivo, agitado, dificuldade para seguir regras e conflitos na escola, e já fez tratamento no CAPSI (Centro de Atenção Psicossocial Infantil). De acordo com ela, a agressividade surgiu e se intensificou com a separação do casal parental.

Quanto à gestação, a mãe relata que tudo transcorreu sem intercorrências e que o pai queria ter um filho. Fez tratamento pré-natal, usou medicação e vitaminas

⁵ Os nomes citados no caso clínico é fictício, a fim de preservar o anonimato do participante da pesquisa, bem como seus responsáveis.

adequadas que foram receitadas, e que não teve problemas durante a gravidez. Matheus nasceu com 42 semanas de parto normal, mas que, segundo ela, deu entrada no hospital por volta das 8h da manhã, mas o bebê só nasceu às 21h.

Após o nascimento, o Matheus ficava sob seus cuidados da mãe, mas aos dois anos foi para creche, por motivos de trabalho. Matheus mamou até os três anos e falou as primeiras palavras antes de um ano. Destaca-se que a primeira palavra enunciada pelo adolescente foi “pai”. A mãe diz que sempre o estimulou a falar, e por isso não apresenta nenhum problema de linguagem. Hoje quem está mais presente e conversa frequentemente com ele é a mãe a avó materna.

Quando questionada sobre a maior dificuldade do filho, a mãe relata que tem Matheus tem problemas com a aprendizagem e comportamento agressivo. De acordo com a genitora, Matheus já apresentou comportamentos agressivos e violentos com os colegas de classe em outras três escolas, antes do episódio que culminou com a aplicação da medida socioeducativa. Em momentos que não está na escola, joga bola e anda de bicicleta.

O pai não é presente na vida do filho. Matheus relata que não vê o pai há meses, e ele não dá pensão. A mãe, hoje tem um novo companheiro, mas Matheus afirma não gostar dele, e por isso eles não vivem mais na mesma casa.

De acordo com a mãe, Matheus não apresenta um bom rendimento escolar e falta sempre as aulas. Não gosta de falar sobre o ocorrido na briga em que resultou na medida socioeducativa. Ele mostra-se impaciente e agressivo até na forma em que ele fala e se comunica com as pessoas. Além disso, tem o hábito de roer unhas.

6.3. PRIMEIRA ENTREVISTA COM O ADOLESCENTE

No primeiro contato em que foram informados os objetivos da pesquisa e apresentado o Termo de Assentimento, embora Matheus tenha concordado em participar, ele não dirigiu o olhar à entrevistadora, permanecendo muito tempo de lado e olhando para as paredes. Depois de muitas tentativas de comunicação com ele, Matheus passou a responder de forma evasiva e/ou monossilabicamente às perguntas da entrevistadora. Não quis falar sobre a família, a escola e muito menos sobre a medida socioeducativa que cumpre. Quando questionado sobre as

atividades de lazer que aprecia, afirmou que ama soltar pipa e jogar futebol, sendo esses os únicos assuntos sobre os quais falou. Mostrou-se muito resistente e, em função disso, a primeira entrevista foi finalizada.

6.4. APLICAÇÃO DO PROCEDIMENTO DE DESENHOS-ESTÓRIAS

A entrevista para a aplicação do Procedimento de Desenhos-Estórias foi realizada na semana seguinte ao primeiro contato com o adolescente. Embora nessa ocasião o adolescente estivesse mais comunicativo e olhando de frente para a entrevistadora, verificou-se bastante resistência também para realizar as unidades de produção do procedimento projetivo, que são apresentadas, a seguir.

DESENHO 1

O menino está feliz porque ele soltou um monte de pipa. Ele está na cidade de Volta Redonda soltando pipa. A história termina com ele soltando pipa.

Título: O menino soltando pipa.



Figura 1. Unidade 1 do Procedimento de Desenhos-Estórias do adolescente em estudo.

DESENHO 2

O menino estava soltando pipa na cidade, aí resolveu voltar para casa dele. Ele estava triste porque começou a chover. Ele voltou correndo para casa, tomou banho, jantou e dormiu.

Título: O menino indo pra casa.



Figura 2. Unidade 2 do Procedimento de Desenhos-Estórias do adolescente em estudo.

DESENHO 3

Os meninos estão jogando bola no bairro X⁶. Dois não estão felizes, porque não tocaram na bola. Depois alguém vai tocar para eles e vai acabar o jogo. Eles vão continuar tristes porque são ruins.

Título: O menino jogando bola

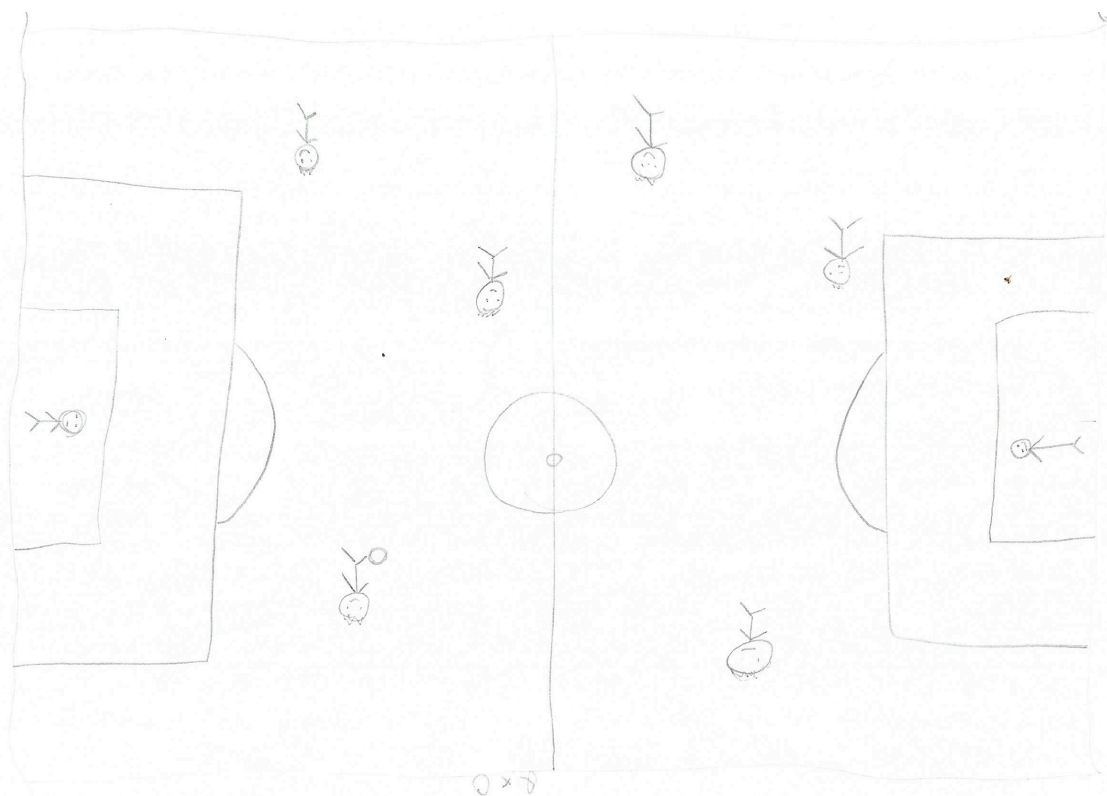


Figura 3. Unidade 3 do Procedimento de Desenhos-Estórias do adolescente em estudo.

Ao concluir essa unidade de produção, verificou-se um significativo incremento da ansiedade no adolescente e nesse momento ele pegou a borracha que estava sobre a mesa e começou a furá-la como lápis até criar um grande buraco, fazendo com que a borracha se despedaçasse. Logo depois, pegou o lápis e quebrou-o ao meio, demonstrando muita angústia. Ao ser questionado o porquê dessa reação deu de ombros e não respondeu à entrevistadora. Foi perguntado se

⁶ Nome do bairro ocultado para preservar a identidade do participante.

seria possível continuar o procedimento projetivo e Matheus acenou afirmativamente com a cabeça.

DESENHO 4

Era uma vez uma borracha branquinha, aí encheram ela de pintinha. Aí depois furaram ela no meio até ela quebrar. Ela continuou triste e aí ela morreu. Ninguém veio visitar ela morta. Ela era solitária.

Título: Borracha branquinha

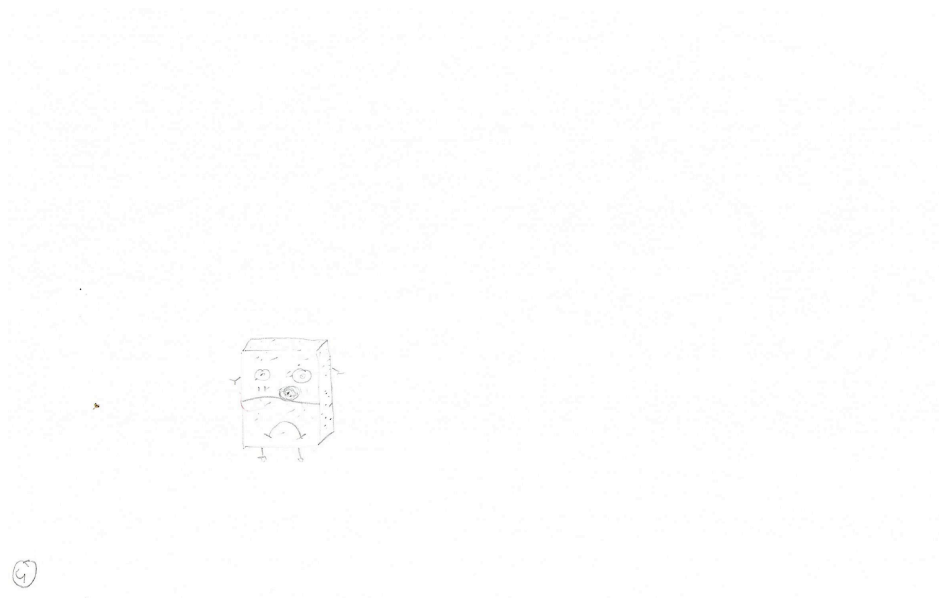


Figura 4. Unidade 4 do Procedimento de Desenhos-Estórias do adolescente em estudo.

DESENHO 5

Era uma vez um lápis tentando fazer um furo na borracha. A borracha mesmo morta foi furada de novo. Aí o lápis foi quebrado pela borracha porque ele estava tentando matá-la. Os dois morreram e ninguém foi visitar.

Título: O lápis inteirinho que foi partido ao meio.

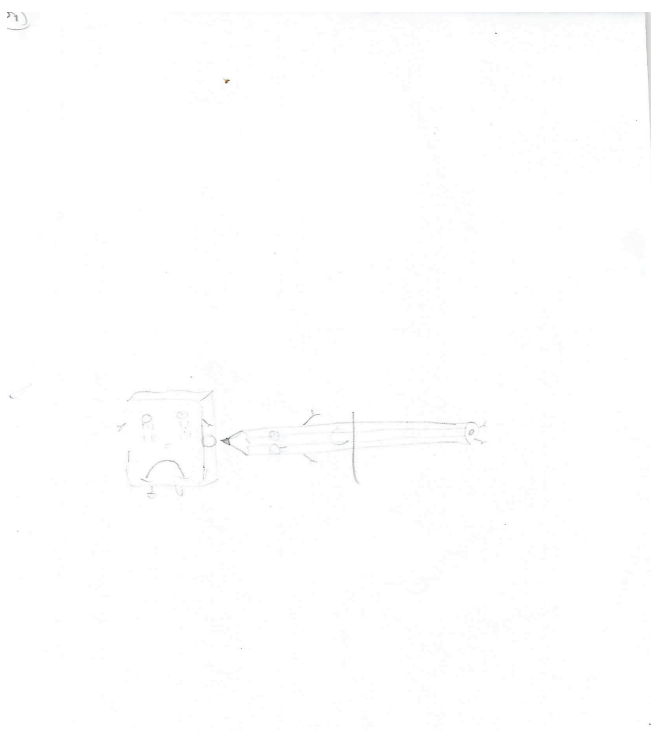


Figura 5. Unidade 5 do Procedimento de Desenhos-Estórias do adolescente em estudo.

6.5. DISCUSSÃO

Trata-se de um caso de um adolescente que cumpre medida socioeducativa por manifestar comportamentos violentos e agressivos no ambiente escolar com colegas e professores. De forma formal, como pontua Knobel (1985), a adolescência é uma fase de transição, que por si só já implica uma vivência de conflitos, e alguns comportamentos disruptivos podem surgir nas relações interpessoais. É amplamente

influenciada pelas vivências infantis e pelo contexto sociocultural que o jovem está inserido. É uma fase em que ocorrem diversas mudanças físicas, emocionais e cognitivas, que irão depender de sua história de vida pregressa, seu ambiente e cultura para serem manejadas adequadamente.

Assim, as vivências nessa fase serão expressas e significadas muito em função das formas que as relações interpessoais foram estabelecidas nas fases anteriores, principalmente com as figuras parentais. Assim, para Knobel (1985), se as figuras parentais forem bem internalizadas há um bom prognóstico para o enfrentamento saudável das mudanças vividas durante a adolescência. Mas ao contrário, se as figuras parentais forem percebidas ou significadas internamente como negativas ou persecutórias, ou não forem adequadamente internalizadas, por estarem ausentes, o adolescente buscará outros meios para a construção de sua identidade. Certas ocasiões, “podem acontecer identificações de caráter psicopático, ou seja, por meio de identificação introjetiva o adolescente começa a viver os papéis que atribui ao personagem com o qual se identificou” (Knobel, 1985, p. 57).

No caso do adolescente desse estudo, verifica-se que Matheus inicialmente vivenciou uma relação de forte vínculo afetivo com a figura paterna. Esse vínculo com o pai é reconhecido pelo relato da mãe, que afirma que a primeira palavra enunciada por Matheus foi “pai”. Também é identificado pelo fato de Matheus sofrer a ausência paterna depois da separação do casal e pela rejeição do novo companheiro de sua mãe. A separação do casal e o afastamento do pai podem ter sido significados pelo adolescente como uma forma de abandono e, em função disso, procedeu-se a internalização de maus objetos, sendo posteriormente projetados no ambiente, que passou a ser percebido como ameaçador e persecutório. No caso em tela, chama atenção que os comportamentos agressivos apareceram justamente a partir da separação do casal, em que adolescente perdeu o contato com a figura paterna.

A partir de uma leitura winnicottiana, a perda do contato com a figura do pai, que parece ter sido extremamente importante desde os primeiros momentos de vida de Matheus, pode ter sido vivenciada e internalizada por ele como uma experiência de privação, desencadeando, assim, o comportamento agressivo do jovem. A privação de acordo com Winnicott acontece quando algo vivido e experienciado

como bom e destituído por algum motivo posteriormente. Deriva, geralmente, da perda de algo vivido como positivo na experiência infantil, algo que já se teve (possuiu), referido ao ambiente ou outras situações relacionadas à dependência, e que lhe foi retirado por algum motivo.

A tendência antissocial, dessa forma, se desenvolve a partir da vivência de privação e como apontado anteriormente “quando a criança é destituída de algum aspecto essencial de sua vida em família” (WINNICOTT, 1958/2000, p. 409). O autor aponta que a tendência antissocial é fruto também de uma resposta à falha ambiental e que esta patologia coloca o ambiente como alvo da destrutividade do indivíduo. A destrutividade, nessa perspectiva, caracteriza-se tanto pela busca da provisão ambiental perdida quanto pela estabilidade por seu comportamento destrutivo.

Para Vilhena e Maia, (2002, p. 49) a destrutividade se vincula à figura do pai, no sentido de buscar um ambiente forte, capaz de suportar os atos da criança, de lhe estabelecer os limites necessários. No caso de Matheus a agressividade e a tendência antissocial apresentada por meio de sua conduta na escola em sua relação com os colegas de classe e professores, nas brigas e lesão corporal que resultaram na aplicação de sua medida socioeducativa, parecem expressar uma forma de reação à perda da figura paterna, buscando no ambiente a estabilidade das relações familiares rompidas quando da separação dos pais, ou mesmo os limites que o pai não conseguiu impor com sua ausência.

Essa compreensão da tendência antissocial também é corroborada por outros estudos que apontam que a prática de atos infracionais por adolescentes está diretamente associada com a fragilidade das referências familiares e dos vínculos afetivos, em núcleos familiares disfuncionais em que imperam o abandono e a fragilidade dos cuidados maternos e/ou paternos. Principalmente, quando a figura do pai é percebida como fraca ou ausente o processo de subjetivação dos jovens e a construção da sua identidade são prejudicadas. Sem a presença de uma figura paterna que cumpra sua função, o jovem pode manifestar a tendência antissocial como uma tentativa, mesmo que sem sucesso, de fazer o laço social. Ou seja, com o ato infracional, a função que deveria ser exercida pelo pai (que se mostra ausente ou frágil) encontra outros representantes, como o Estado e as instituições

responsáveis pela aplicação das medidas socioeducativas, que vêm representar a lei simbólica e redimensionar o papel do pai, numa constante alusão repressora. (SILVA; MILLANI, 2015; REIS; OLIVEIRA, 2015; ZAPPE; DIAS, 2012; PAULA; ASSUMPÇÃO JR, 2013; PEDRO; NEVES, 2014).

A questão do ambiente e a forma como é percebido por Matheus é outro fator importante a ser analisado, pois se expressaram no contato estabelecido com a pesquisadora durante as entrevistas. Verificou-se que o primeiro contato foi marcado pela evitação do adolescente (não olhar a pesquisadora). O fato de evitar o contato com o outro (no caso a entrevistadora) pode ser um indício de que Matheus, de forma geral, percebe o ambiente como ameaçador e persecutório, e por isso evita a aproximação. A criança antissocial não tem confiança na fidedignidade do meio e por isso testa-o (ZAMORA; MAIA, 2009, p.144).

Esse movimento de fuga e ou evitação assinala um mecanismo de defesa contra as intrusões ou perigos vindo da realidade externa. O ambiente para Winnicott é decisivo pra a saúde mental do sujeito. O desenvolvimento está condicionado ao ambiente, que pode ser favorável ou não para o amadurecimento, mostrando assim que o desenvolvimento está diretamente relacionado às vivências ambientais.

No caso de Matheus verifica-se que o ambiente (familiar), inicialmente, parece ter sido favorável ao seu desenvolvimento emocional, mas com a separação do casal parental, o adolescente vivenciou uma situação de rompimento afetivo (com a figura paterna) que foi vivenciado como uma experiência de privação. Talvez como defesa, o jovem passa, a partir de então, a perceber a realidade externa como persecutória e, para evitar outras experiências de abandono e de privação, evita os contatos ou reage a eles por meio da agressividade.

A evitação de contato de Matheus na primeira entrevista teve que ser acolhida e sustentada pela pesquisadora, que não o forçou e respeitou sua necessidade de não se vincular naquele momento. Acredita-se que foi a sustentação no contexto dessa primeira entrevista que facilitou a aproximação e o contato necessário para a condução da pesquisa e a produção do Procedimento de Desenhos-Estórias.

Sobre as unidades dessa técnica projetiva, embora as histórias construídas para os desenhos sejam curtas, possivelmente em função das defesas já citadas, foram identificados elementos importantes para a compreensão das vivências emocionais de Matheus, principalmente acerca da forma como percebe e reage às intrusões ambientais. Já na primeira unidade de produção, o adolescente consegue, por meio do mecanismo de projeção (defesa fundamental para a realização desse tipo de teste psicológico)⁷, expressar a identificação com o personagem do desenho, narrando uma situação prazerosa e descrevendo a atividade com a qual mais se identifica e proporciona prazer, no caso, soltar pipa. Cabe ressaltar que na primeira entrevista Matheus verbaliza que soltar pipa é uma das atividades de lazer que mais gosta.

Trinca (1984) afirma que, geralmente, devido aos mecanismos defensivos, o sujeito não apresenta o conflito ou a questão ansiógena que o perturba já na primeira unidade de produção do Procedimento de Desenhos-Estórias. É por isso que essa técnica sugere a produção de cinco unidades, pois é só quando o sujeito realiza determinada sequência, em repetição, de provas gráficas ou temáticas, que ocorre a ativação dos mecanismos e dinamismos da personalidade, alcançando-se maior profundidade e clareza. Segundo o autor, é depois da primeira unidade que os conflitos psíquicos ou inconscientes se apresentam nessa técnica projetiva. Assim, também Matheus apesar de revelar a identificação com o personagem do desenho, não introduz nesse momento as vivências conflitivas que o afligem.

Já na segunda unidade de produção, com o rebaixamento da resistência, o adolescente se aproxima das zonas de conflito. Nessa unidade ele introduz o elemento chuva, que pode ser interpretado como um evento intrusivo em sua vida, que desestabiliza seu ambiente (atividade de lazer - soltar pipa) e que causa tristeza (como apontado na história do desenho). De acordo com Vagotello (2007), a chuva

⁷ De acordo com Manfredini e Argimon (2010), a projeção é um mecanismo de defesa pelo qual aspectos da personalidade de um indivíduo são deslocados para o meio externo. Em uma técnica projetiva, o sujeito tende a projetar conteúdos internos para os estímulos oferecidos pelo teste, sem ter a consciência plena dos significados envolvidos. Da mesma forma, Tardivo, Pinto Junior e Santos (2005) afirmam que a técnica projetiva é um instrumento que expressa a maneira pela qual o indivíduo estabelece contato com a realidade interna e externa. As instruções ou os estímulos desses instrumentos atuam como mediadores das relações vinculares que mobilizam variados aspectos na vida emocional do sujeito.

nos desenhos gráficos geralmente simboliza uma situação de tensão ou de hostilidade do meio, contra a qual o indivíduo precisa se proteger.

Verifica-se na terceira unidade de produção a irrupção da angústia e conflitos centrais da vivência emocional de Matheus. Nessa unidade o adolescente aponta a identificação com os meninos que são excluídos do jogo de futebol (não tocar na bola), porque “são ruins” Embora uma pessoa posteriormente “toque a bola” para o meninos excluído do jogo, percebe-se ainda como uma pessoa ruim. Essa unidade de produção pode ser interpretada como a expressão de uma experiência negativa com o ambiente, que é percebido como mau, pois o exclui e não oferece acolhimento e sustentação. Não seria essa unidade de produção uma expressão simbólica da forma como Matheus percebe o ambiente que o cerca? Ou seja, esse desenho, simbolicamente, não expressa justamente a forma como esse adolescente percebe e significa o mundo em sua volta? Um ambiente que não sustenta e não oferece o holding necessário para o seu desenvolvimento emocional?

Seguindo essa linha de interpretação, podemos inferir que Matheus percebe a realidade externa como ameaçadora e cruel, e em função disso reage ao outro por meio da agressividade e tendência antissocial como uma forma de sinalizar as vivências de privação e de deprivação sofridas. Ao entrar em contato com a angústia despertada por esse desenho-estória que alude às intrusões ambientais, Matheus destrói a borracha, podendo ser entendida como a manifestação da angústia relacionada ao sofrimento causado pelo ambiente.

Na quarta unidade de produção do Procedimento de D-E, o adolescente narra justamente à história de uma borracha que outras pessoas sujaram (encheram de pintinhas) e depois a destruíram (furaram até quebrar). A borracha, em sua narrativa, continua triste e morre, sem ninguém visita-la. Matheus sinaliza, ainda, que a borracha era solitária. Do ponto de vista da análise do simbolismo dessa produção, infere-se que Matheus projetivamente alude às vivências das falhas ambientais, caracterizadas pela destruição e abandono de seu meio externo possivelmente do seu ambiente familiar.

A mesma configuração se apresenta na última unidade da técnica projetiva, em que o adolescente narra à história do lápis que tinha furado a borracha na produção anterior. Porém nessa sequência o lápis é quebrado pela borracha, os dois

morrem e ninguém se importa. Com um final trágico nas duas últimas histórias, os elementos que se destacam nessas narrativas são: o abandono e a destrutividade.

Talvez Matheus reaja a partir da agressividade e destrutividade (tendência antissocial), pois percebe o mundo, o outro e o ambiente como invasivos e ameaçadores. Como já apontado, na tendência antissocial, o ambiente é o alvo da destrutividade, em resposta a falha ambiental. A destrutividade volta-se para o ambiente. “A tendência antissocial caracteriza-se por *um elemento que compele o ambiente a ser importante*” (WINNICOTT, 1984/1999, p.139, grifo do autor).

No caso do comportamento agressivo do Matheus, pode-se perceber que há uma reivindicação por aquilo ao qual o adolescente foi (de)privado. O ambiente que anteriormente proporcionou segurança, exercido pela figura de um pai presente, se expressa agora sobre forma de abandono.

A partir dos dados evidenciados nas entrevistas e Procedimento de Desenhos-Estórias com Matheus, verifica-se a necessidade de uma ajuda terapêutica para que seja possível a elaboração das angústias e vivências conflitivas expressas pelo adolescente e para que a tendência antissocial ora apresentada não descampe para atos infracionais mais graves. De acordo com o referencial winnicottiano, o modelo de atendimento aos jovens com tendências antissociais demanda o manejo de setting, buscando a restituição do que foi perdido inicialmente, mostrando um ambiente facilitador e acolhedor para que o adolescente experimente-o de uma nova maneira.

Nessa perspectiva, Pinto Junior et al (2008) destacam que nas situações de vitimização e violência envolvendo adolescentes há a necessidade de um terapeuta que considere o jovem com um ser vivo, real, e que possa oferecer um ambiente acolhedor que possibilite, a partir do manejo do “setting” clínico, a recuperação de sua esperança no outro e no ambiente. Também Dias e Loparic (2008) destacam que no atendimento de adolescentes em conflito com a lei, baseado na teoria do processo de amadurecimento emocional, proposta Winnicott deve-se alterar o “setting” clínico, de modo que esse novo ambiente conceda a restituição da esperança e confiança. A análise, assim, deve ser fundamentada no holding do analista.

Em uma esfera mais ampla, considerando não apenas o contexto clínico, mas incluindo as intervenções sociais, comunitárias e jurídicas implicadas nas medidas socioeducativas, as ações devem proporcionar um ambiente facilitador para que o adolescente se recupere da tendência antissocial, passe a acreditar em si mesmo e nos outros e para construir, de modo criativo e pessoal, uma nova perspectiva de vida. Para tanto, os profissionais envolvidos (agentes educadores, psicólogos, assistentes sociais etc.) devem ser capazes de assegurar ao jovem a oportunidade de se recuperar dos efeitos da falha que sofreu no seu ambiente original e, com isso, desarmar a dinâmica que o leva a praticar atos antissociais (DIAS; LOPARIC, 2008, p. 56). Assim, a intervenção junto aos adolescentes infratores deve ser executada para que o adolescente recupere o seu crescimento próprio e promova a elaboração das relações com o ambiente. Os profissionais envolvidos na assistência do jovem em conflito com a lei devem, segundo esses autores:

Garantir que o adolescente possa estabelecer relações de referência afetiva marcadas pela confiabilidade, que ele poderá tomar como referências para sua vida, que possa regredir, de modo limitado e temporário, à dependência e à provisão ambiental inerentes a uma idade anterior à sua, assentar-se em espaços de pertinência grupal e comunitária sadia, ter oportunidade de contribuir pessoal e criativamente à vida comunitária e receber educação que amplie seus horizontes socioculturais, junto com a educação profissional. (DIAS; LOPARIC, 2008, p. 56).

Dessa forma, a restituição do ambiente suficientemente bom junto à sua sustentação e identificação com figuras boas podem ajudar os jovens que cometeram atos infracionais, ou que tenham outros distúrbios ocasionados pelas falhas ambientais, a recuperar o seu desenvolvimento pessoal de forma sadia.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A adolescência é uma fase do desenvolvimento humano que possui suas peculiaridades que devem ser observadas e levadas em consideração quando se trata de tal fenômeno. O entrar na adolescência exige uma (re)elaboração dos conflitos internos e primitivos que irão se manifestar na passagem para a maturidade. Dependendo das formas como as vivências e vínculos foram representados e internalizados pelos adolescentes, mecanismos defensivos podem ser atualizados contribuindo, em conjunto com outros fatores psicológicos e sociais, para a manifestação de comportamentos agressivos e/ou antissociais.

Com o aumento da violência em todos os contextos sociais, atualmente, verifica-se um incremento também do número de jovens envolvidos em atos infracionais e em cumprimento de alguma medida socioeducativa, que objetiva a responsabilização pelo ato e a sua reintegração na sociedade, ou seja, uma forma de reeducar visando às limitações e características desta fase de desenvolvimento. Contudo, para alcançar esse objetivo deve-se levar em conta o ambiente em que esse jovem se desenvolveu emocionalmente, pois de acordo com a teoria winnicottiana, o ambiente exerce importante influência no processo de amadurecimento emocional da pessoa, considerando a relação inicial entre a mãe (cuidador) e o bebê como motor para o desenvolvimento humano. Dessa forma, para um desenvolvimento saudável é necessário um suporte de um ambiente facilitador e suficientemente bom.

A psicopatologia teorizada por Winnicott como tendência antissocial ou psicopatia pode estar associada com os atos infracionais, como mostra esse estudo. Na tendência antissocial, a falha ambiental é a principal causa de tal psicopatologia, causada por experiências de privação, que envolvem a perda de um ambiente experimentado como bom e essencial na infância, mas que por algum motivo veio a se perder. Esta forma de atuação é, então, um modo de demandar do ambiente aquilo que não foi ofertado, ou que foi ofertado, mas que por algum motivo lhe foi retirado.

Por meio do estudo de caso clínico aqui apresentado e discutido à luz da teoria winnicottiana foi possível compreender os fatores emocionais associados ao

comportamento disruptivo e infracional do adolescente, destacando a vivência de privação relacionada à figura do pai, que não conseguiu cumprir suas funções, prejudicando, dessa forma a construção dos laços sociais de Matheus; Por sua vez, o adolescente atua no ambiente buscando, por meio da agressividade, a estabilidade perdida quando da separação conjugal e a interdição não operada pela função paterna.

Além disso, foi possível apontar as direções terapêuticas, assistenciais e reeducativas que favorecem a reelaboração das relações do jovem infrator com o ambiente e que podem abrir novas perspectivas de vida e de futuro. Mas deve-se destacar que a leitura de base psicanalítica e de orientação winnicottiana utilizada nesse estudo de caso não exclui outras explicações acerca do problema da adolescência em conflito com lei. Esse, como todo fenômeno humano, envolve uma confluência de fatores (sociais, culturais, políticos e históricos) que devem ser considerados, evitando, assim, uma visão unilateral e/ou reducionista. Contudo, o olhar psicanalítico assegura um novo lugar para o adolescente infrator. Não mais o de algoz, como apregoa os defensores do projeto de redução da maioria penal, mas, muitas vezes, o de vítima de um ambiente (familiar, social, cultural e político) que o coloca em graves situações de privação e de deprivação.

8. Referência bibliográfica

ÁRIES, P. **História Social da Criança e da Família**. 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1981.

BLEGER, J. **Temas de Psicologia**. Entrevistas e grupos. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

BOMFIM, I. H. F. B.; BARBIERI, V. Subvertendo a avaliação psicológica: o emprego do procedimento de desenhos-estórias em um paciente com gagueira. **Psicologia: Teoria e Prática**, v. 11, n. 2, p. 17-37, 2009.

BRAMBILLA, B. B. **Percepção de suporte familiar de adolescentes em conflito com a lei**. 2012. Dissertação (mestrado) – Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, São Paulo.

BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) – **Lei nº 8.069/90** atualizada com a Lei 12.010 de 2009, inclusa a Lei nº. 12.594 (SINASE), 3 ed. 2012.

BRASIL. Secretaria de Direitos Humanos (SDH). **Atendimento sócio educativo ao adolescente em conflito com a lei**. Levantamento Nacional 2011. Brasília, setembro de 2012.

BRASIL. Secretaria de Direitos Humanos (SDH). **Levantamento anual sinase 2013**. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, 2015.

BUSNARDO, J. O. M.; **Contribuições de D. W. Winnicott para o campo da nosografia psicanalítica**. 2012. 95f. Dissertação (Mestrado em psicologia) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Campinas.

CAPELO, D. F.; TOLEDO, R. Psicologia e políticas públicas: uma leitura histórica sobre violências, invisibilidades e juventudes em conflito com a lei. **Rev. Ibirapuera**, São Paulo, n. 10, p. 49-56, jul/dez 2015.

COELHO FILHO et al. Maioridade do ECA e a adolescência em situação de risco. **Revista Integração**, ano XV, n. 57, p.191-195, abr./mai./jun. 2009.

CORRÊA, M. A. et al. Perfil da criminalidade juvenil na cidade de Alfenas, Minas Gerais. **Revista da Estatística da Universidade Federal de Ouro Preto**, v. 3, n. 2, p. 338-350, 2014.

DIAS, E. O. **A teoria do amadurecimento por D. W. Winnicott**. Rio de Janeiro: Imago editora, 2003.

DIAS, E. O.; LOPARIC, Z. O modelo Winnicottiano de atendimento ao adolescente em conflito com a lei. **Winnicott E-prints**, Serie 2, vol. 3, n. ½, 2008.

KNOBEL, M. (1970). A Síndrome da adolescência normal em A. Aberastury & M. Knobel (Org.) **Adolescência normal**. 4 ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 1985. p. 5-15.

JANUARIO, L. M.; TAFURI, M. I. A relação transferencial para além da interpretação: reflexões a partir da teoria de Winnicott. **Ágora (Rio J.)**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 2, p. 259-274, Dez, 2011.

LAPLANCHE, J. **Vocabulário da Psicanálise**. Laplanche e Pontalis sob a direção de Daniel Lagache. Tradução de Pedro Tamen. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

LEVISKY, D. L. **Adolescência: pelos caminhos da violência: a psicanálise na prática social**. São Paulo, Ed. Casa do Psicólogo, 1998.

LIBERATI, W. D. **Comentários ao estatuto da criança e do adolescente**. 5 ed. São Paulo: Malheiros, 1999. 258 p.

LOPES, C. M. B. **As vicissitudes da constituição da função materna: um percurso teórico em Winnicott e Freud**. 2012. 112 f. Tese (mestrado em psicologia) – Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, Curitiba.

MANFREDINI, V.; ARGIMON, I. I. L. O uso de testes psicológicos: a importância da formação profissional. **Revista Grifos**, n. 28, p.133-146, jun. 2010.

MANZINI, E. J. **A entrevista na pesquisa social**. Didática, São Paulo, v. 26/27, p. 149-158, 1990/1991.

MANZINI, E. J. Entrevista semi-estruturada: Análise de objetivos e de roteiros. II Seminário internacional de pesquisa e estudos qualitativos. **Anais... Bauru: Universidade do Sagrado Coração, SE&PQ**, 2004.

MASCAGNA, G. Cristina. **Adolescência: Compreensão histórica a partir da escola de Vigotski**. 2009. 185 f. Tese (doutorado em psicologia) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Estadual de Maringá, Maringá.

MELLO, A C. C. O que é ato infracional? In _____. **O Jovem e seus direitos**. São Paulo: Ed Moderna, 1997. p. 122-131.

NASIO, J. **Introdução as Obras de Freud, Fereczi, Grodeck, Klein, Winnicott, Doute e Lacan**. Rio de Janeiro: Zahar Ed., 1995.

REIS L.; OLIVEIRA, A. Adolescente autor de ato infracional: a importância da família no processo de cumprimento de medidas socioeducativas. **Seminário integrado - ISSN 1983-0602**, América do Norte, 2016.

OLIVEIRA, J. A. A. Da agressividade à violência: Um estudo de caso sobre a tendência antissocial na conduta da criança. **Polem!ca**, v.9, n.2, p. 45-57, abril/junho, 2010.

OUTEIRAL, J. Adolescência: modernidade e pós-modernidade. In: WEINBERG, C. (ORG) **Geração delivery**: adolecer no mundo atual. São Paulo: Sá, 2001. p. 115-125.

PASSARINI, G. M. R. **Mães adolescentes em instituições de acolhimento: psicodiagnóstico compreensivo e interventivo. 2014.** 201 f. Dissertação (Mestrado em psicologia). Instituto de Psicologia. Universidade de São Paulo.

PAULA, M. L. B.; ASSUMPCAO JR., F. B. Delinquência juvenil e família. **Rev. psicopedag.**, São Paulo, v. 30, n. 91, p. 43-51, 2013.

PEDERSEN, J. R. Vitimação e vitimização de crianças e adolescentes: expressões da questão social e objeto de trabalho do Serviço Social. **Revista Textos & Contextos**. Porto Alegre, v. 8, n.1, p. 104-122, jan./jun. 2009.

PEDRO, J. C.; NEVES, A. S. A família e o adolescente em conflito com a lei: vínculos, estratégias e recursos afetivos. **Horizonte Científico**, vol. 9, n.1, mai. 2015.

PEREIRA, T. C. S. et al. Autor e vítima: a vulnerabilidade social de jovens que cometeram atos infracionais em Belo Horizonte. **Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo**, v. 26, n.2, p. 258-266, 2015.

PINTO JR., A. A.; TARDIVO, L. S. L. P. C. **Violência contra crianças e adolescentes: reflexões sobre o pensar e o fazer psicológico.** In: ROSA, J. T. & MOTTA, I. F. (Org). **Violência e sofrimento de crianças e adolescentes: na perspectiva winnicottiana.** Aparecida, SP: Letras & ideias; São Paulo: FAPESP, p. 187-208, 2008.

PINTO JUNIOR, A. A. et al. **Vitimização e violência: atendimentos clínicos a partir de enquadres diferenciados.** In: Tardivo, L.S.L.P.C.; Gil, C.A. (Org.). **APOIAR Novas Propostas em psicologia clinica.** 1ed. São Paulo: Sarvier Editora de Livros Médicos Ltda, v. 1, p. 513-522, 2008.

SAES, D. S. **Adolescentes infratores: Um estudo compreensivo. 2003.** 191 f. Dissertação (mestrado em psicologia) – Departamento de Psicologia Clínica, Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, São Paulo.

SANTOS, F. A. **As medidas socioeducativas e a responsabilidade da sociedade frente à doutrina da proteção integral. 2012.** 65 f. Monografia (Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais) – Curso de Direito, Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, Rio Grande do Sul.

SCOBERNATTI, G. **Violência intrafamiliar: teoria e prática – uma abordagem interdisciplinar.** Pelotas: Armazém Literário, 2005.

SILVA, C. Y. G. D.; MILANI, R. G. Adolescência e Tendência Antissocial: o Rap como Expressão de uma Privação Emocional. **Psicol. cienc. prof.**, Brasília, v. 35, n. 2, p. 374-388, jun. 2015

SILVA, M. D. P. et al. Saúde mental e fatores de risco e proteção: focalizando adolescentes cumprindo medidas socioeducativas. **Rev. bras. crescimento desenvolv. hum.**, São Paulo, v. 25, n. 2, p. 162-169, 2015.

SOUZA, L. O. et al. O envolvimento de adolescentes na prática de atos infracionais no Município de Londrina-PR. **Revista Brasileira Adolescência e Conflitualidade**, n. 11, p. 152-161, 2014.

TARDIVO, L. P.C.; PINTO JUNIOR, A.; SANTOS, R. Avaliação psicológica de crianças vítimas de violência doméstica por meio do teste das fábulas de Düss. **Psic**, São Paulo, v. 6, n. 1, p. 59-66, jun. 2005.

TARDIVO, L. S. L. R & Gil, C. A. **Apoiar: Novas propostas em psicologia clínica**. Sarvier, 1ª ed. 2008.

TIRONI, C. M. R. **O jogo das relações intrafamiliares no estudo dos vínculos de crianças negligenciadas**. 2015. 212 f. Tese (Doutorado em psicologia) – Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, São Paulo.

TOMIO, N. A. O.; FACCI, M. G. D. Adolescência: uma análise a partir da psicologia sócio-histórica adolescente: a social-historical psychoanalysis. **Rev. Teoria e Prática da Educação**, v.12, n.1, p. 89-99, jan./abr. 2009.

TRINCA, W. **Procedimentos de desenhos de família com estórias**/ Walter Trinca (org) – São Paulo: Vetor, 1997.

TRINCA, W. **Diagnóstico psicológico: prática clínica**/ Walter Trinca e colaboradores. – São Paulo: EPU, 1984. (Temas básicos em psicologia; v.10).

TURATO, E. R. **Tratado da metodologia da pesquisa clínico-qualitativa**. Petrópolis: Editora Vozes; 2003.

UNICEF. **O direito de ser adolescente: Oportunidade para reduzir vulnerabilidades e superar desigualdades / Fundo das Nações Unidas para a Infância**. – Brasília, DF: UNICEF, 2011.

VAGOSTELLO, L. **O emprego da Técnica do Desenho da Pessoa na Chuva: uma contribuição ao estudo psicológico de crianças vítimas de violência doméstica**. 2007. 185 f. Tese (Doutorado em psicologia) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo.

VASCONCELOS, T. P. **Medidas socioeducativas para o adolescente infrator (educar para não encarcerar)**. 2012. Tese (mestrado em Psicanálise na Educação e Saúde) – Departamento de pós-graduação e pesquisa, Funeso/Unesf/Unider, Campina Grande.

VENTURA, M. M. O estudo de caso como modalidade de pesquisa. **Revista Socerj**, v. 20, n. 5, p. 383-386, 2007.

VILHENA, J.; MAIA, M.V.C.M. Agressividade e violência: reflexões acerca do comportamento antissocial e sua inscrição na cultura contemporânea. **Revista Mal-estar e Subjetividade**, Fortaleza, v. 2, n.º 2, p. 27-58, 2002.

WINNICOTT, D. W. (1958). **Da pediatria a psicanálise**: obras escolhidas/ por D. W. Winnicott; com uma introdução de Masud M. Khan; tradução Davy Bogomletz - Rio de Janeiro: Imago Ed, 2000.

_____. (1984). **Privação e delinquência**. Tradução Álvaro Cabral; revisão Monica Stahel. 3. Ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

_____. (1988). **Natureza Humana**. Rio de Janeiro: Imago, 1990.

_____. (1953). **O brincar e a realidade**. Rio de Janeiro: Imago, 1975.

_____. (1979). **O ambiente e os processos de maturação**: estudos sobre a teoria do desenvolvimento emocional. Tradução por Irineo Constantino Schuch Ortiz. Porto Alegre, Artmed, 1983.

ZAMORA, M. H. R. N.; MAIA, M. V. M. Reflexões sobre jovens antissociais e seus atos destrutivos: algumas contribuições da teoria Winnicott. **Rev. Bras. Adolescência e Conflitualidade**, 1(1): p.140-156, 2009.

ZAPPE, J. G.; DIAS, A. C. G. Violência e fragilidades nas relações familiares: refletindo sobre a situação de adolescentes em conflito com a lei. **Estudos de psicologia**, (Natal), Natal, v. 17, n. 3, p. 389-395, Dez, 2012.

9. ANEXOS

Anexo A – Termo de assentimento livre e esclarecido consentimento

Você está sendo convidado (a) como voluntário (a) a participar da pesquisa: “ADOLESCENTES EM CONFLITO COM A LEI: UMA ABORDAGEM PSICODINÂMICA”. Nesta pesquisa objetivamos estudar um teste psicológico e verificar se ele ajuda a compreender a personalidade de adolescentes que sofrem violência doméstica ou que cometeram ato infracional.

Meu nome é..... e você pode me perguntar por que estamos realizando esse estudo. Como trabalhamos com o objetivo de melhorar a qualidade de adolescentes que cometem atos infracionais, precisamos conhecer melhor como a violência afeta a vida emocional de vocês, adolescentes, entre 12 e 17 anos. Assim, as pessoas que trabalham para que essa violência não ocorra mais entenderão melhor como ela ocorre e o trabalho poderá ser mais eficiente.

Eu vou informar você e convidá-lo (a) a participar desta pesquisa. Em nossa pesquisa, vou fazer algumas perguntas sobre sua história de vida, relações familiares e sociais e o histórico de atos infracionais, buscando compreender suas motivações e percepções sobre o fato. Além disso, vou solicitar que você faça uma série de cinco desenhos e formule uma história para cada um deles.

Quero informar que se você sentir alguma sensação desconfortável, diga-me e se houver necessidade paramos a nossa conversa. Se este desconforto continuar vamos procurar ajuda com outros profissionais de saúde.

Você não terá nenhuma despesa e a nossa conversa será feita no dia e horário que você achar mais adequado. É importante saber que nada do que falarão será dito para outras pessoas. Nem da escola, nem da instituição em que você mora. Mesmo que seus pais autorizem sua participação, eles não saberão o que você respondeu no teste. A não ser que você queira falar com eles ou conversar sobre essa experiência.

Se não gostar das perguntas lembre-se que você poderá parar de participar a qualquer momento, não precisa nem esperar o término do teste.

Você pode escolher se quer participar ou não. Explicamos esta pesquisa para seus pais ou responsáveis, pedimos a autorização deles e eles sabem que também estamos pedindo seu acordo. Mesmo que seus pais autorizem sua participação você não será obrigado a participar, você não precisa participar se não desejar. Se tiver qualquer dúvida a respeito das questões discutidas, você pode esclarecer com as pessoas que sentem mais confiança.

Sua participação é voluntária e você participa se quiser. Caso você esteja de acordo em participar desta pesquisa após todos os esclarecimentos, peço que assine o seguinte documento.

Eu, _____, declaro ter sido informado(a) e concordo em participar, como voluntário(a) do estudo acima descrito.

Volta Redonda, ____ de _____ de _____.

Assinatura do participante

Antonio Augusto Pinto Junior

ANEXO B – Termo de consentimento – Pais ou responsáveis

1 – Dados sobre a pesquisa

Título: Adolescentes em Conflito com a lei : Uma abordagem Psicodinâmica

Pesquisador Responsável: Antonio Augusto Pinto Junior

Instituição a que pertence o Pesquisador Responsável: Departamento de Psicologia da Universidade Federal Fluminense – Polo de Volta Redonda Telefones para contato do Pesquisador: (24) 3076 8825

Nome do voluntário:

Idade: _____ anos

R.G. _____

Responsável legal: _____

R.G. Responsável legal: _____

O(A) Sr. (ª) está sendo convidado(a) a participar do projeto de pesquisa “ADOLESCENTES EM CONFLITO COM A LEI : UMA ABORDAGEM PSICODINÂMICA”, de responsabilidade do pesquisador Antonio Augusto Pinto Junior, cujo objetivo é compreender a vivência emocional de adolescentes em conflito com a lei. Os procedimentos consistem em uma entrevista com questões sobre sua história de vida, relações familiares e sociais e o histórico de atos infracionais, buscando compreender suas motivações e percepções sobre o fato. Além disso, será solicitado ao adolescente que faça uma série de cinco desenhos e formule uma história para cada um deles.

A participação do adolescente não constitui risco a sua saúde física, mas caso manifeste preocupação, angústia ou ansiedade durante a entrevista ou aplicação do questionário, a entrevista poderá ser interrompida, caso o adolescente desejar, e serão feitos os encaminhamentos necessários: contatos com os pais ou responsáveis e encaminhamento para atendimento psicológico e notificação ao Sistema CEP/CONEP.

Deve-se esclarecer que a participação do adolescente é voluntária e que este consentimento poderá ser retirado a qualquer tempo, sem qualquer tipo de penalização, sendo, na verdade, uma contribuição efetiva para o estudo. Deve-se destacar que a pesquisa tem finalidades acadêmicas e científicas e espera-se que, com os resultados desse estudo, seja possível melhorar a assistência e a qualidade de vida de adolescentes que cometem atos infracionais, a partir da compreensão da vida emocional desses jovens através do teste psicológico que é estudado nesse projeto.

É importante ressaltar que todos os procedimentos éticos são tomados pelo pesquisador responsável, com a concordância dos pais ou responsáveis legais pelo adolescente, e será garantido o anonimato nessa participação (dados pessoais dos pais, dos participantes e da instituição ou escola).

Além disso, o(a) senhor(a) poderá conhecer todas as fases do estudo e poderá solicitar atendimento quando julgar necessário.

Os participantes de pesquisa, e comunidade em geral, poderão entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa da Faculdade de Medicina/Hospital Universitário Antônio Pedro, para obter informações específicas sobre a aprovação deste projeto ou demais informações: E.mail: etica@vm.uff.br /Tel/fax: (21) 262991892.

– AUTORIZAÇÃO

Eu, _____, RG nº _____, responsável legal por _____, RG nº _____ declaro ter sido informado e concordo com a sua participação, como voluntário, no projeto de pesquisa acima descrito.

Nome do responsável (RG)

Antonio Augusto Pinto Junior

Testemunha (RG)

